

### Suplemento / Avante!



#### Incluído neste número

- A política de liberalização de preços
- Reportagem sobre os baldios nas Beiras
- Sobre a situação social no concelho da Amadora
- A greve da Citroen em França
- Entrevistas com o camarada Horst Schmidt, presidente do Partido Socialista de Berlim Oeste, e o inventor da bomba de neutrões
- A RTP ao serviço da revisão inconstitucional da Constituição
- A construção do socialismo em Moçambique
- O massacre de Lidice foi há 40 anos
- Crítica de TV e Síntese da Imprensa



## Álvaro Cunhal no Minho

Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, participou no último fim-de-semana em diversas iniciativas realizadas em vários pontos do Minho, nas quais participaram muitos milhares de pessoas, testemunhando a crescente implantação do PCP na zona.

Em diversas ocasiões, Álvaro Cunhal teve oportunidade de se referir à actual situação política, como foi o caso de Guimarães, onde o secretário-geral do PCP pronunciou um discurso cujas partes essenciais publicamos nesta edição.

(Pág. 5)



POVO UNIDO

## Preparar desde já eleições

Preparar desde já as eleições autárquicas a realizar no fim do ano é um trabalho em que, um pouco por todo o País, a APU se tem vindo a empenhar. Nos últimos dias realizaram-se importantes iniciativas, com destaque para o encontro efectuado na Amadora. E no próximo fim-de-semana haverá mais.

(Pág. 6)

### FESTA do Avante!/82

COM 30 000 WATTS DE SOM!

**REAGGAE**  
CLINT EASTWOOD & GENERAL SAIN

**ROCK**  
OMEGA

**GOIT**  
GOIT

**Neste número: Separata com mais novidades sobre os artistas da Festa**

**MÚSICA PORTUGUESA**

**Carlos Mendes**

**Samuel**

**Adriano Correia de Oliveira**

**Barata Moura**

**José Jorge Letria**

**Maria do Amparo**

**Carlos Alberto Moniz**

**Trovante**

CONTINUA NO PRÓXIMO NÚMERO

### FESTA do Avante!/82

FOLCLORE DOS PAÍSES SOCIALISTAS

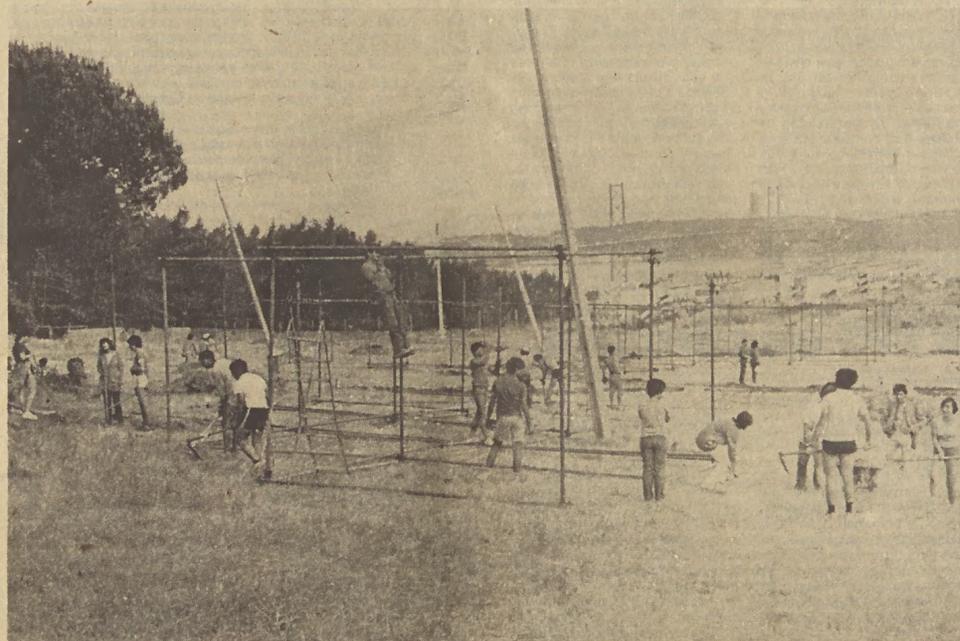
**Kurmangazi**  
Grupo Folclórico da República Socialista Soviética do Kazaquistão

**Rajkó** (Hungria)

**Grupo folclórico «Severnatche»** (Bulgária)

## PCP condena crimes sionistas

(Pág. 8)



O trabalho na Ajuda prossegue em bom ritmo. Mas há ainda muito para fazer - e o facto é que já falta menos de um mês para a Festa começar!

(Pág. 7)

## Delegação do PSUBO entre nós

Durante cinco dias, esteve no nosso país, a convite do PCP, uma delegação do Partido Socialista Unificado de Berlim-Oeste, chefiada pelo respectivo presidente, camarada Horst Schmidt.

Reportagem e comunicado comum na pág. 8

Entrevista com H. Schmidt no Suplemento.

# SEMANA

2 Quarta-feira



Na Assembleia da República e através do seu presidente, Oliveira Dias, é avançada uma proposta irregular de discussão (e aprovação) de um «ponto prévio» que pretendia impor um regime especial para a discussão da revisão constitucional, agora subida a plenário: o PCP opor-se-ia, ficando a questão adiada para a próxima segunda-feira, já no cumprimento das normas regimentais ■ Realiza-se a terceira paralisação desde 11 de Maio passado dos 3820 trabalhadores dos Serviços dos Transportes Colectivos do Porto (STCP), com uma adesão próxima dos 100%; e a luta, que prosseguirá amanhã, é de carácter salarial ■ Regressa a Peniche o pesqueiro «Unidade», propriedade da Cooperativa Unicoopesca, após 16 dias de cativeiro em Marrocos; de novo em causa a política de pescas deste desgoverno «AD», insensível aos interesses dos pescadores e do País ■ O comandante-chefe da Força Aérea argentina, general Basilio Lami-Dozo, afirma que as Malvinas fez nascer uma «nova Argentina», que deverá assumir-se como tal e adaptar a sua política e a sua economia em função das novas realidades ■ Prosseguem na sede da delegação norte-americana em Genebra as conversações URSS-EUA sobre euro-misséis, iniciadas em 20 de Maio passado.

3 Quinta-feira

«Todas as formas de luta», nomeadamente «qualquer grande acção de massas junto dos órgãos de soberania com capacidade para impedir a concretização do plano anticonstitucional e golpista da AD», são decididas por dirigentes, delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores do distrito de Lisboa através de uma resolução aprovada no Teatro Adôque, decidindo-se igualmente apresentar o documento das conclusões ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução ■ Uma nota da Comissão Política do PCP responde à anunciada decisão da Comissão Permanente do PS em «suspender todas as relações políticas com o PCP» (por causa dum peregrina «ingerência» do Partido nos «assuntos internos» do PS), sublinhando nomeadamente que tal declaração, para além de ridícula pois «como é sabido há anos que a direcção do PS pratica a medida que agora diz ter assumido», pretende «desviar as atenções e enganar a opinião pública acerca da gravidade do acordo AD/Mário Soares» ■ São lidas as sentenças aos principais militares espanhóis envolvidos no abortado golpe fascista de 23 de Fevereiro do ano passado; Tejero Molina e Milans del Bosch são condenados, ambos, a 30 anos de prisão e o general Armada, lido como um dos cérebros da operação, beneficia da decisão do Conselho de Guerra em lhe aplicar apenas seis anos; o Procurador no julgamento propusera para Armada a mesma pena dos apunhaçados — 30 anos.

4 Sexta-feira

Nova greve dos Serviços de Transportes Colectivos do Porto; a adesão foi praticamente total podendo a luta endurecer mais se o conselho de gerência persistir na sua intransigência negociada ■ A CGT-IPJ apresenta um protesto formal ao presidente da 68.ª Conferência Internacional da OIT, a decorrer em Genebra, contra a nomeação ilegal de um dirigente da UGT como delegado dos trabalhadores portugueses (imposta pelo Governo «AD»), contrariando a constituição da OIT e não tendo em conta a incontestavelmente maior representatividade da Central unitária dos trabalhadores portugueses ■ Um contributo importante para a estabilidade da Europa — é como classifica Willy Brandt em entrevista ao «Pravda» as boas relações existentes entre o seu país, a RFA, e a URSS: Brandt é presidente do Partido Social Democrata da RFA (no Poder) e da Internacional Socialista ■ Os sionistas lançam violentos bombardeamentos sobre a sede da OLP e campos de refugiados palestinos em Beirute, capital do Líbano, no que foi «explicado» como retaliação por um atentado (condenado vigorosamente pela OLP) contra o embaixador israelita em Londres mas se entende como prelúdio de uma agressão em maior escala contra o Líbano.

5 Sábado

Pinto Balsemão vai a Belém apresentar ao Presidente da República a «remodelação ministerial» negada até à última pelo Executivo a que preside; «governantes» que «saltam»: ministros dos NE, do Trabalho e da Educação (o tão «falado» Vítor Crespo), arrastando secretários de Estado dos respectivos Ministérios ■ Álvaro Cunhal em Guimarães: «Que nesse vergonhoso elenco ministerial de opereta que é o Governo «AD» saiam uns e entrem outros, saia um chéché e entre um chéché, não atrasa nem adianta; o necessário e urgente é que a «AD» vá para a rua, vá o Balsemão, vá o Freitas, vão todos eles e não volte nenhum» ■ Catastrofe mundial de consequências imprevisíveis, seria o quadro resultante do emprego de sistemas nucleares; a afirmação não parte de «organismos paisanos»: vem de 13 ex-generais de países pertencentes à NATO, agora na reserva e decididos a promover uma reunião de ex-generais ou outros oficiais superiores dos países dos dois pactos militares.

6 Domingo

Mário Soares propõe a dissolução da Assembleia da República, a demissão do Governo e a convocação de eleições gerais antecipadas, mas a prazo: primeiro é necessário cumprir as suas alianças reacţionárias com a direita em matéria de revisão constitucional ■ Realiza-se nas instalações da Voz do Operário, em Lisboa, a 1.ª Assembleia do Sector Intelectual da ORL do PCP ■ Blindados e infantaria sionistas, apoiados por sucessivos bombardeamentos aéreos, desencadeiam uma ofensiva generalizada contra o Sul do Líbano, atravessando as regiões controladas pelas tropas da ONU (Unifil); a agência TASS classificaria esta acção como a «quinta guerra contra os árabes».

7 Segunda-feira

Um diplomata turco é assassinado em Linda-a-Velha, por um indivíduo que fugiu depois abandonando a arma do crime, uma pistola de 9 mm de calibre ■ Os trabalhadores da Fábrica de Louça de Sacavém regressam ao trabalho após uma greve de cerca de vinte dias; os despedidos e suspensos pela administração apresentaram-se igualmente nos postos de trabalho ■ O PS renova o pedido de audiência ao Presidente da República, mas agora «com carácter de urgência»; o PS pretende «apreciar com o PR as saídas democráticas para a crise que o país atravessa» ■ Começa em Nova York a Segunda Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas consagrada ao Desarmamento ■ O Exército sionista de Israel ataca várias localidades do sul do Líbano e bombardeia os arredores de Beirute.

## Editorial

# A UNIDADE DOS DEMOCRATAS IMPERATIVO DA HORA ACTUAL

**A** larga remexida no Governo Balsemão, o agravamento da crise interna do PS e o início da discussão em plenário na Assembleia da República do processo de revisão constitucional polarizaram nos últimos dias as atenções da opinião pública portuguesa.

São pontos visíveis de uma situação profundamente insólita que acentuaram factores de mudança e aclararam horizontes de alternativa ao Governo e à política fascizante da «AD», abertos pelo descontentamento popular generalizado e a luta unida e firme de vastas camadas do Povo português.

Sob o impulso do movimento operário e popular de massas e uma movimentação democrática muito diversificada e ampla envolvendo milhões de portugueses, os acontecimentos dos últimos dias apontam para alterações a curto prazo na situação política nacional.

Entretanto, o momento, o sentido e a profundidade dessas alterações estão ainda por definir-se. De qualquer modo os acontecimentos dos últimos dias confirmam plenamente as previsões e prevenções do PCP, reforçam de maneira saliente a justeza e actualidade das suas propostas políticas.

Um salto qualitativo — de que são mostra evidente as greves gerais de 12 de Fevereiro e 11 de Maio — produziu-se no movimento operário, popular e democrático de massas; a correlação de forças é francamente favorável a uma saída democrática para a crise actual; condições excepcionais para correr com a «AD» do Poder amadureceram sensivelmente nos últimos tempos.

Mas para a concretização de uma necessária mudança democrática na situação nacional é imprescindível uma iniciativa resolvida no plano institucional e político.

As indecisões e atrasos neste capítulo, em órgãos do Poder com capacidade de intervenção decisiva no curso dos acontecimentos, podem comprometer as excepcionais condições favoráveis existentes, podem pôr em risco as soluções democráticas que os interesses do povo e do País põem com força na ordem do dia, podem fazer passar a oportunidade histórica de libertar Portugal de uma nova ameaça do fascismo.

A «recauchutagem» do Governo Balsemão, ainda não sancionada pelo Presidente da República, tem muito de artificialismo como facto político de fabrico caseiro e de manifestação de apodrecimento interno da «AD» como força governante.

O clã «balsemista» do PSD decidiu pregar uma «partida» ao clã dos «críticos» do próprio partido, que preparavam organizadamente as baterias para um assalto ao Poder e à chefia do partido lá mais para diante, e ao clã Mário Soares dentro do PS que apostava numa demissão outoníca da equipa Balsemão.

A jogada de antecipação da «remodelação» governamental pelos «balsemistas» tem ainda como objectivo repetir nas novas condições políticas da «AD» e do País a manobra da falsa saída de Balsemão em princípios de 1981 e fazer de novo o teste da capacidade de iniciativa institucional do Presidente da República.

A «remodelação» do Governo trouxe ainda a lume a provada hipocrisia dos chefes da «AD» para esconderem aos olhos do povo a decomposição interna da coligação governante e para tentarem conservar a todo o transe o controlo do Executivo e da maioria parlamentar, seus únicos bastiões de força.

Significativamente, o grupo Cavaco e Silva, Eurico de Melo, Santana Lopes & C. abriu fogo contra a remodelação «balsemista». A ala ainda mais fascizante de Macedo, Pulido Valente, Cunha Rego, José Miguel Júdice, Lucena e outros não esconde a irritação pela intempestiva decisão do clã Balsemão/Rebello de Sousa.

É evidente que não chegou ainda a hora do último do CDS para alterações a seu favor na hegemonia do Governo e

da Aliança reacţionária. As hostes de Freitas do Amaral não escondem porém as apreensões pelas consequências do golpe de bastidores dos apunhaçados de Balsemão para a materialização das suas ambições de mando que atrasa, na sua óptica, o ajuste de contas interno entre os parceiros da «AD» que Freitas do Amaral prepara.

Ambos — PSD e CDS — tentam sobretudo esconder a causa fundamental do apodrecimento interno da «AD»: a sua política antipopular, antidemocrática, contra o 25 de Abril, contra o país real, contra a vontade manifesta da imensa maioria dos portugueses.

O agravamento da crise política, económica e social sob a governação «AD»; a poderosa resposta do movimento operário, popular e democrático de massas à política antinacional do Governo «AD»; a decomposição interna da coligação governante e a degradação do Poder e das instituições democráticas por acção do Governo actual; a «remodelação» governamental «balsemista»; e o começo da importante batalha política da revisão constitucional, vieram pôr em relevo as incongruências, o manobrismo oportunista de direita e o papel objectivamente antidemocrático de Mário Soares e do seu grupo e trazer para um plano agudo a crise interna do PS.

Sob o fogo dos acontecimentos e das contradições entre a natureza do poder político e o país real é difícil distinguir a linha divisória entre Mário Soares e o seu grupo e a direita governante.

Os acordos e transacções de Mário Soares com a «AD» afectam não apenas o regime democrático e as conquistas do 25 de Abril como estão provocando a «metização» e a «italianização» do PS — de que Mário Soares tanto gosta de falar e que por hábito atribui aos comunistas.

O PS/Mário Soares afunda-se nas suas próprias contradições. Com a sua acção, que a direita aplaude com fervor, está prolongando os sofrimentos do Povo português resultantes da política da «AD», está comprometendo a viabilização de uma alternativa democrática ao Governo e à política da Aliança reacţionária, está mesmo provocando a perda da própria oportunidade histórica de operar uma decidida viragem democrática na situação nacional.

A maioria imensa dos socialistas sente-se defraudada e vexada com a acção e o papel do secretário-geral do PS, mas a situação interna do PS, pelas suas características e consequências, não é do exclusivo interesse dos militantes socialistas — interessa a todos os democratas e ao Povo português.

A — para Mário Soares — prematura «remodelação» do Governo Balsemão/Freitas e o início da discussão em plenário da AR da revisão constitucional provocaram a desorientação no grupo soarista e uma nova irrupção do anti-comunismo e dos ataques ao PCP.

Na semana transacta a Comissão Permanente do PS decidiu «suspender» as relações com o PCP por alegadas ingerências de dirigentes do PCP nas questões e na disciplina internas do PS. A acusação não tem base séria quando toda a gente conhece os inuteis apelos de Mário Soares à «rebelião» dos militantes comunistas contra a sua Direcção.

É significativo que Mário Soares tome tais decisões no momento em que se impõem o diálogo, a unidade, a convergência de esforços de todos os democratas e patriotas contra o plano subversivo e restauracionista da direita fascizante enfeudada ao imperialismo.

O acto de «suspender» relações que Mário Soares sistematicamente se tem recusado a manter com o PCP, mesmo para um simples exame conjunto da situação actual, releva pelo seu ridículo e pela sua demagogia.

Com tal «decisão» Mário Soares pretende certamente sossegar a «AD» quanto à fidelidade aos compromissos tomados relativamente à revisão constitucional e à questão do Poder, pretende seguramente colocar entranças a uma cola-

ção necessária e produtiva a nível parlamentar entre os deputados do PCP e do PS para garantia de revisão constitucional da Constituição e acautelamento das conquistas fundamentais da Abril.

A adesão do PS/Mário Soares à guerra institucional aberta contra o Presidente da República e o Conselho da Revolução mostra de que lado se encontra no grave contencioso político que hoje opõe a democracia à reacção e ao fascismo um partido que é por natureza democrático e de esquerda.

A posição de Mário Soares e dos seus amigos face à «recauchutagem» do Governo «AD»/Balsemão/Freitas do Amaral é elucidativa das águas onde hoje navega. Mário Soares que ainda há poucos dias negava ao PR qualquer legitimidade para intervir na revisão constitucional, pretende agora envolvê-lo numa forma grosseira numa problemática de que antes o excluía.

Mário Soares pretende que o Presidente Eanes apresente um verdadeiro ultimato que de facto iria fazer o jogo dos que querem operar a revisão inconstitucional da Constituição: «marcar um prazo não superior a três e meio/dois meses para a revisão constitucional» e só «depois disto dissolver a AR devolvendo ao povo a escolha de uma nova Assembleia».

«Sugiro ao PR — diz ele — que mande para casa (e não «para a rua», como diz o povo) Francisco Pinto Balsemão». Faz depois o elogio de Sá Carneiro: «Sá Carneiro não queria um país adiado como este, de salve-se quem puder, de especulação, de compadrio, de frustração, de dúvida, razão porque a «AD» devia até fazer melhor».

Jaime Gama, um soarista à espera de guindagem, depois de reafirmar que no acordo com o PS o PR «ficava vinculado a não intervir na revisão constitucional», insiste na necessidade da «demissão imediata» do Governo Balsemão e na dissolução da Assembleia da República mas... «uma vez completada a revisão da Constituição» (o sublinhado é nosso). Fica-se sem saber como conciliam Mário Soares e Jaime Gama a «demissão imediata» do Governo e o «só depois da revisão constitucional»...

As propostas políticas do PCP para a solução da crise são tão fundamentadas e objectivas que mesmo anticomunistas declarados como Mário Soares e Jaime Gama se sentem na necessidade de as referir sem contudo lhes atribuir a paternidade do PCP.

A demissão do Governo «AD»/Balsemão/Freitas, a dissolução da Assembleia da República, a formação de um Governo de gestão (que Jaime Gama e os soaristas pela primeira vez reclamam, sem lhe precisar a composição, o que faz supor que o admita da área da própria «AD») e a realização de eleições antecipadas são como se sabe propostas políticas do PCP como passo prévio para uma alternativa democrática e para impedir a revisão golpista e inconstitucional da Constituição.

O grupo Mário Soares defende-as agora mas somente para depois da revisão da Constituição!

A batalha da revisão constitucional e principalmente a necessidade patriótica de correr com o Governo «AD»/Balsemão/Freitas do Amaral para a rua, são tarefas tão exigentes de defesa da democracia e das conquistas fundamentais do 25 de Abril — as liberdades, as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo de gestão pelos trabalhadores — que a unidade de todos os democratas e patriotas, designadamente de comunistas e socialistas, é uma questão decisiva para a solução democrática da crise actual.

Hoje, como ontem, como sempre, o PCP chama à unidade, ao entendimento, à convergência na acção todos os trabalhadores e portugueses democratas e patriotas para derrotar a «AD», sacudi-la do Poder, abrir caminho a uma alternativa democrática ao Governo actual e à política actual.

E naturalmente à unidade, entendimento e convergência entre comunistas e socialistas.

## Nacional

# Situação intolerável

Profissionais do PCP analisam a Comunicação Social estatizada

Promovida pela Organização da Comunicação Social do PCP realizou-se uma reunião para exame da situação existente na comunicação social estatizada em resultado da política de controlo e instrumentalização pela «AD» e para debate das perspectivas de desenvolvimento da luta pela reposição da legalidade e por uma informação democrática.

Na reunião participaram profissionais da informação membros do PCP, representantes do PCP nos Conselhos de Informação e outros militantes com actividade no sector da comunicação social.

Com base em numerosos elementos, informações e testemunhos, a reunião confirmou que a política prosseguida pela «AD» na comunicação social estatizada da colide frontalmente com os direitos e liberdades dos cidadãos, ofende a dignidade e aspirações da generalidade dos profissionais da informação, viola sistematicamente os princípios legais e constitucionais, constituindo ao mesmo tempo um instrumento essencial da ofensiva das forças reacţionárias contra o regime democrático.

Nun quadro onde avultam como traços característicos a manipulação, a mentira, as manobras de intoxicação e emvenenamento da opinião pública, as práticas discriminatórias, a constante propaganda governamental, a marginalização de profissionais competentes e de posições democráticas, medidas de inviabilização do sector público, foram debatidas nesta reunião, a par das questões mais candentes na RDP e na imprensa estatizada, a excepção gravidade da orientação antidemocrática da RTP e bem assim os anunciados propósitos governamentais de pretensa

## RTP: escândalo

A confirmação por parte da RTP da próxima transmissão semanal de cinco programas sobre a revisão constitucional a cargo de uma chamada «Associação Cívica para a Revisão Constitucional», merecem da SIP do PCP o comentário de que, «com efeito, só a um Presidente da RTP que, estando à frente de um órgão de informação estatizado, se assume plenamente como Ministro da Propaganda do governo da AD, poderia passar pela cabeça de levar à prática a ideia de impor aos telespectadores programas sobre a revisão constitucional concebidos por destacados partidários e propagandistas da revisão golpista e inconstitucional da Constituição».

(Sobre este tema, ler artigo no «Suplemento») »

# A «remodelação» governamental

Em nota divulgada no sábado passado, a SIP do PCP considera que «a anunciada manobra de remodelação governamental é mais um sinal e uma clara confissão da crise profunda da «AD» e do seu Governo, em consequência directa do completo fracasso da sua política e do poderoso desenvolvimento da luta popular».

«Ao lançar tal projecto — prossegue a nota — a «AD» procura iludir a profunda exigência nacional da imediata demissão do Governo e retardar a concretização das decisões que há muito se impõem».

«Qualquer remodelação de um governo desacreditado e apodrecido, a verificar-se, nada resolveria, antes seria um insulto ao Povo português e o acentuar de perigos para o regime e para o funcionamento das instituições democráticas».

«Com esta manobra de remodelação o Governo procura salvar-se da derrota. Mas o Povo português exige precisamente o contrário. O Povo português exige das forças democráticas e das instituições que se acabe com o espectáculo grotesco de uma coligação governamental

amplamente desacreditada e isolada que, por todos os meios, pretende continuar a causar sofrimentos ao povo e crescentes prejuízos ao País».

«A imediata demissão do governo, a dissolução da Assembleia da República e a antecipação de eleições legislativas nos prazos constitucionais são a resposta necessária para travar a visível degradação da situação política e abrir caminho a uma nova política e a um novo governo, um governo democrático com uma política democrática».

# Manobra publicitária e demagógica

1. Em comunicado ontem emitido, a Comissão Permanente do PS anunciou suspender todas as relações políticas com o PCP. Tal decisão aparece ligada a uma recente declaração do Comité Central do PCP em que se apela aos militantes, eleitores e deputados socialistas para que impeçam, não os seus compromissos eleitorais mas aqueles que foram defendidos e apresentados pela «AD».

É conhecida a posição do PCP sobre a revisão da Constituição em curso, baseada no acordo da «AD» com o PS/Mário Soares e admitindo alterações no sistema do poder político que, a serem aprovadas, poriam o regime democrático seriamente em perigo.

São conhecidos também os insistentes apelos do PCP à luta para conjurar este perigo, dando assim satisfação aos sentimentos e às preocupações existentes em largos sectores democráticos e nas massas populares, claramente expressos no poderoso desenvolvimento da luta que, em concentrações, manifestações, e em particular através de duas grandiosas greves gerais, têm erguido o protesto do Povo português e a reclamação de medidas urgentes contra os planos reacţionários da «AD» em que a revisão da Constituição desempenha importante papel.

2. É, pois, de estranhar que a Comissão Permanente do PS, em vez de manifestar compreensão e sensibilidade para a urgência de dar combate à reacção e ao seu plano de destruição do regime democrático, tenha tomado uma posição que abertamente favorece o plano subversivo da «AD».

Tal atitude, de resto, contém algo de ridículo pois, como é sabido, há anos que a direcção do PS pratica a medida que diz agora ter assumido.

Em repetidas ocasiões, o PCP tem feito propostas ao PS de encontros entre os dois partidos para examinar as possibilidades de entendimento e acção comum. Tais propostas de encontros sempre têm sido recusadas pela direcção do Partido Socialista.

Assim, de há muito está praticamente «suspensas» as relações entre os dois partidos. A declaração do PS assume desta forma um carácter publicitário e demagógico.

Esta decisão de corte de relações políticas com o PCP não tem pois nenhum sentido prático. Os militantes e simpatizantes do PS ajuizarão do seu significado e do facto de ter sido tomada contra o PCP quando, como se sabe, apesar dos frequentes ataques dos partidos reacţionários às forças democráticas e ao próprio PS, nunca a direc-

ção do Partido Socialista tomou atitude semelhante relativamente a qualquer daqueles partidos.

3. É evidente que, com esta declaração, a Comissão Permanente do PS tem em vista:

- Desviar as atenções e enganar a opinião pública acerca da gravidade do acordo «AD»/Mário Soares.
- Criar novos motivos de disputa e divisão entre democratas, enfraquecendo a resistência aos planos subversivos da «AD».
- Intimidar e desanimar a luta dos militantes e eleitores do PS contra a «AD» e em defesa do regime democrático.
- Procurar na base do anti-comunismo tapar brechas e amortecer conflitos no interior do PS que a própria Comissão Permanente caracteriza como «crise interna» e refazer artificialmente a sua unidade comprometida pela aliança de Mário Soares com a «AD».

O PCP está certo de que esta ridícula operação não será coroada de sucesso, antes contribuirá para esclarecer acerca das verdadeiras posições do PS/Mário Soares.

4. A política de alianças do PCP não varia ao sabor de factores meramente conjunturais, antes é inspirada pelos superiores interesses do Povo, do País, da democracia.

Não é a atitude insólita da Comissão Permanente do PS que mudará a política de alianças, tanto sociais como políticas, do PCP.

Em conformidade, o PCP insiste na sua política de unidade de todas as forças democráticas, designadamente de comunistas e de socialistas, do PCP e do PS.

Apesar da atitude da Comissão Permanente do PS, o PCP insiste na sua total disposição de considerar, em qualquer momento e a todos os níveis e escalões, as possibilidades de cooperação na defesa dos interesses dos trabalhadores, do Povo, do País, do regime democrático consagrado na Constituição.

5. Neste momento crucial da democracia portuguesa, o secretário-geral e a Comissão Permanente do PS preferem as alianças e os acordos com a reacção, com a «AD», com os grandes capitalistas, a qualquer aliança com o movimento operário, com o PCP.

Mas o PCP está seguro de que, no momento actual, a grande massa dos membros e dos eleitores do PS não apoiam o acordo «AD»/Mário Soares para a revisão da Constituição e se pronuncia pela defesa da democracia, pela defesa e continuação do Portugal de Abril.

3.8.2 Comissão Política do Comité Central do PCP

**Avante!**  
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

**DIRECÇÃO E REDACÇÃO:** Rua Soares Pereira Gomes, 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

**DISTRIBUIÇÃO:** CDL Central Distribuidora Livreira, SARL Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

**Casa da Voz de em Lisboa:** Rua do Século, 90 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

**Delegação do Norte:** Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 693908.

**Centro Distribuidor de Coimbra:** Rua 1.ª de Maio, 185, Piedrúria - 3000 Coimbra Tel. 31286.

**Delegação do Sul:** Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baxxo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361.

**Centro Distribuidor de Faro:** Rua 1.ª de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

**ASSINATURAS:** Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828.

**PUBLICIDADE CENTRAL:** Av. Santos Dumont, 53 A - 1000 Lisboa. Tel. 776336/776750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067.

**EXPEDIÇÃO:** R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

**Composto e impresso na Héska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.**

Depósito legal nº 205 82

**Tiragem média do mês de Maio: 54643**



PCP

## Iniciativas no distrito da Guarda

Com a participação do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, realizaram-se nos próximos dias diversas iniciativas no distrito da Guarda.

Na sexta-feira, dia 11, há uma reunião de militantes e simpatizantes em Vila Nova de Foz Côa, a partir das 21 horas, na Escola Secundária e Preparatória.

No sábado, dia 12, com início às 21 horas, decorrerá um plenário do Partido ligados à vida sindical, às 9 e 30, na Escola Primária de Adães Bermudas, na cidade da Guarda. As 15 e 30, na Quinta do Espinheiro, em Trancoso, efectua-se uma reunião-convívio de militantes e simpatizantes dos concelhos de Trancoso, Celorico da Beira e Fornos de Algodres.

No domingo, dia 13, realiza-se uma reunião distrital de quadros do Partido ligados à vida sindical, às 9 e 30, na Escola Primária de Adães Bermudas, em Trancoso, efectua-se uma reunião-convívio de militantes e simpatizantes dos concelhos de Trancoso, Celorico da Beira e Fornos de Algodres.

As eleições autárquicas são os temas centrais em agenda para as iniciativas que referimos.

## V. N. Ourém, Tomar e F. do Zêzere

No próximo dia 17 realiza-se no CT Vitória, na Avenida da Liberdade, uma reunião de naturais dos concelhos de Vila Nova de Ourém, Ferreira do Zêzere e Tomar, residentes na área da Grande Lisboa e Margem Sul.

O encontro, marcado para as 21 e 30, tem como principal objectivo um debate sobre os problemas da região e as eleições autárquicas deste ano.

Estará presente o camarada Pisco, membro da Direcção da Organização Regional de Santarém (DORSA) do PCP.

## Naturais de Mação

No CT Vitória vai realizar-se no dia 17, às 21 e 30, uma reunião de camaradas naturais do concelho de Mação, residentes na área da Grande Lisboa e Margem Sul.

Participará o camarada Raimundo Cabral, membro suplente da Comissão Política do CC.

## Vialonga

Depois de amanhã, sexta-feira, realiza-se um plenário da organização de Vialonga (V. Franca de Xira), no Centro de Trabalho do PCP.

Em debate, apenas um ponto: «situação política e tarefas decorrentes». O plenário começa às 21 horas.

Entretanto, no próximo dia 15, na sede da Junta de Freguesia de Vialonga, efectua-se um plenário de autarcas comunistas, para análise e debate de questões relacionadas com as eleições. O encontro tem início marcado para as 20 e 30.

## “Férias em Festa” — um êxito

Promovida pelo Comité dos Grandes Serviços da ORP (Porto), realizou-se no passado domingo, no Monte Aventino a segunda edição de «Férias em Festa».

Durante todo o dia reinou a alegria e a fraternidade. A música de Carlos Cunha e do grupo «Vento Norte» ajudaram a animar e sem dúvida que a sardinha assada e o «verde» não deixaram de dar uma boa ajuda.

Foi a música, os «comes e bebes», os leilões, o convívio e aquela esperança e aquela certeza de que o futuro é nosso que fizeram de «Férias em Festa» uma festa bonita, uma festa de alegria, uma festa de esperança.

Ao fim da tarde esperava-se ansiosamente a intervenção política que seria feita pelo camarada Edgar Correia, do Comité Central. Falou dos perigos da revisão constitucional da Constituição, dos acordos da «AD» com o PS/Mário Soares; falou da luta do povo trabalhador e das propostas dos comunistas. As pessoas ouviram e aplaudiram e gritaram com força: «PCP, PCP, PCP!».

## Célula da CML

A célula dos trabalhadores comunistas da Câmara Municipal de Lisboa (CML) promove no dia 17 deste mês um plenário sobre a situação política nacional e tarefas decorrentes.

O plenário realiza-se no CT Vitória, às 18 e 30.

## “Mastro Popular” em Valverde

«Se queres bailar ao som da boa música, passar momentos de alegria e boa disposição, vem conviver conosco» — o convite é da Comissão de Freguesia do PCP de Santiago do Cacém e refere-se ao «Grande Mastro Popular», em Valverde, sábado no dia 12 às 20 horas e no dia 13 às 18 horas.

Participará o acordeonista Fernando Justino. A entrada é livre.

## Odivelas

No próximo domingo, dia 13, realiza-se um encontro de quadros do Partido de Odivelas (concelho de Loures).

A sessão decorrerá a partir das 14 e 30, na Sociedade Musical Odivelense. No final, intervirá um camarada da direcção do Partido.



## Sector Intellectual

### As linhas de acção para o futuro

O balanço da actividade e as perspectivas de trabalho são os temas de dois documentos aprovados na Assembleia do Sector Intellectual da ORL do PCP, realizada no passado domingo no Salão da Voz do Operário. Estiveram presentes 246 delegados eleitos e foram feitas mais de 40 intervenções. Juntaram-se nesta Assembleia, o delegado mais velho, Francine Benoit, que conta 84 anos, e o jovem de 19 anos Alexandre Branco, ambos da célula da música.

Na Assembleia foram debatidas duas linhas de trabalho. A primeira: «o aprofundamento, pelo estudo e debate colectivo, das ideias e da consciência dos intelectuais comunistas quanto a algumas questões político-ideológicas, tais como a situação de problemas presentes e do futuro da intelectualidade, e as relações entre intelectuais, classe operária e Partido — como base indispensável para uma mais ampla, activa, eficaz e segura actividade unitária e influência ideológica e cultural, enfrentando e dando resposta também, sem todavia nos deixarmos desviar por manobras de diversão, aos ataques dos ideólogos burgueses, reaccionários e reformistas».

A segunda: «a ampliação da acção unitária e da influência política, cultural e ideológica do Partido, através dos seus intelectuais, nomeadamente incrementando a sua participação ideológica, no trabalho de informação, propaganda e agitação, no estudo dos problemas vivos

da revolução e de Portugal; ampliando a sua participação nas grandes lutas em defesa das conquistas de Abril».

Estas duas perspectivas de trabalho mantêm-se válidas e deverão ser ulteriormente prosseguidas, em conjugação, evidentemente, com uma terceira e básica orientação na actividade do Partido neste sector: «a luta pela satisfação dos interesses e a resolução dos problemas concretos dos intelectuais portugueses, dos seus vários grupos socioprofissionais, e por políticas e soluções para os problemas das áreas da vida nacional que mais directamente os respeitam, no interesse da democracia, dos trabalhadores e do povo português».

O Organismo de Direcção eleito na Assembleia, analisou, no plano mais geral, a actividade do sector, considerando a necessidade de elevação geral do nível do trabalho de direcção. A atenção particular à melhoria da actividade partidária no Ensino Superior e no Ensino Primá-

rio, entre os Quadros Técnicos, e em várias células de Artes e Letras, foi uma das tónicas postas no debate.

Outras preocupações:

- Dedicar um interesse especial aos problemas, interesses e aspirações dos jovens intelectuais, e intensificar as relações e a colaboração da JCP;

- Continuar a dedicar esforços para a melhoria do trabalho no campo sindical;

- Melhorar o conhecimento e a actividade dos comunistas nas associações e estruturas várias, profissionais, culturais, científicas, artísticas e pedagógicas;
- Manter e aprofundar a unidade e coesão do Partido, nomeadamente tendo em conta e aplicando a Resolução do Comité Central do PCP de 31 de Maio e 1 de Junho de 1982.

Até à realização desta Assembleia, foi feito um vasto e longo trabalho preparatório, que permitiu o estudo e orientação concreta para a solução dos problemas específicos do Sector Intellectual da ORL.

O camarada Carlos Aboim Inglês, membro do Comité Central, fez uma intervenção em nome da DORL, destacando «a grande riqueza de caracterizações das situações e problemas». Desta Assembleia saiu, sem dúvida, uma esplêndida base de trabalho para o futuro — opinião generalizada.

## Sector de Saúde

### Atenção prioritária às células hospitalares

Realizou-se no passado domingo, na Academia de São Amaro, a III Assembleia da Organização do Sector da Saúde de Lisboa do PCP.

Com a presença de 130 delegados e várias centenas de convidados, o debate decorreu de forma viva e participada.

Os temas mais debatidos foram o reforço do trabalho ideológico, a intensificação da luta política contra o Governo «AD», as taxas moderadoras, e o apoio necessário aos camaradas do sector eleitos para os órgãos de gestão dos hospitais.

A Assembleia salientou a importância de que se reveste na ligação dos comunistas aos restantes trabalhadores, pela força

moral do seu exemplo, e pelo prestígio e influência, o alargamento do Partido nos locais de trabalho, a questão do comportamento profissional dos membros do Partido, o seu respeito à ética e qualidade profissionais, a sua preocupação constante pela melhoria dos serviços e atendimento dos doentes que são a razão de ser do seu trabalho.

Constatá-se também com preocupação a crescente e generalizada degradação do funcionamento dos serviços de saúde, consequência da política de desastre nacional do Governo «AD».

Foram apontadas dificuldades no sector, mas existem reais possibilidades para melho-

rar, alargar e intensificar o trabalho dos comunistas.

Foram apontadas perspectivas, nomeadamente: dar atenção prioritária às células hospitalares e dos grandes locais de trabalho, melhorando a sua direcção, funcionamento e estruturação, aumentando o conhecimento da orgânica e actividade interna das instituições em que se inserem, promovendo uma maior ligação aos outros trabalhadores.

A encerrar a Assembleia, o camarada Jorge Araújo, membro do Secretariado do Comité Central, fez uma intervenção sobre a situação política actual e também analisou alguns dos temas debatidos, chamando a atenção para a análise contida no último documento do CC.

## Porto

### Campanha “Férias 82” — força nas próximas semanas

Tal como o «Avante!» já divulgou, está em curso na Organização Regional do Porto (ORP) uma campanha de fundos — a «FÉRIAS/82».

A campanha tem por objectivo recolher fundos extraordinários que permitam ao Partido assegurar uma base material, indispensável para o prosseguimento da luta.

No último controlo havia já dinheiro entregue. Mas é preciso não esquecer que o grande esforço de recolha tem de ser feito agora, durante o mês de Junho; primeiro porque é agora que a maioria das pessoas recebe o subsídio de férias e depois porque Julho e Agosto são

meses de férias em que é difícil encontrar as pessoas.

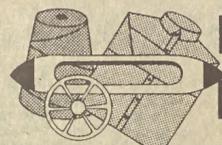
Um esforço muito enérgico deve, portanto, ser feito nas próximas semanas, sem no entanto descurarmos as outras tarefas: continuar a luta contra a revisão golpista da Constituição, continuar a luta pela demissão do governo «AD», temos o trabalho preparatório para as eleições autárquicas, temos de continuar a reforçar o Partido. Tudo isto são tarefas que não podem deixar de ser feitas mas que também não se fazem sem dinheiro.

Discutir isto com cada camarada, com cada organização é condição indispensável para o êxito da campanha.

Outra questão fundamental é o controlo da campanha. Saber cada dia, cada semana, quanto nos falta para atingir a meta, termos a ideia das energias que vamos precisando de despende é muito importante.

Os gráficos são um precioso instrumento de auxílio para a tarefa de controlo, por isso está já em distribuição um mapa tipo para as organizações. Também o boletim de campanha está já nas organizações e pode dar um grande empurrão no esclarecimento e divulgação dos objectivos da campanha.

Contribuir com fundos para o PCP é ajudar o prosseguimento da luta.



## ENCONTRO DE CÉLULAS DE EMPRESA DO PCP DOS SECTORES TÊXTIL E VESTUÁRIO DO DISTRITO DO PORTO

Com o objectivo de analisar e discutir a situação actual nos sectores dos Têxteis e Vestuário do Porto e questões de organização e actividade das células de empresa do Partido, nomeadamente tendo em vista o seu reforço e dinamismo, foi decidido convocar para o próximo domingo, dia 13, um encontro distrital de células do PCP daqueles sectores.

A iniciativa é promovida pelo Comité Central dos sectores Têxtil e Vestuário do distrito do Porto e decorrerá no CT da Boavista, a partir das 15 horas. A encerrar os seus trabalhos, intervirá o camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do Comité Central.

Como salientam os organizadores do importante en-

contro, «o agravamento das condições de vida dos trabalhadores, a feroz repressão patronal em muitas empresas, tentando impor os métodos repressivos utilizados antes do 25 de Abril, o impedimento da actividade sindical, a discriminação e perseguição aos activistas, a retirada de direitos contratuais, as tentativas de aplicação do plano Werner/AD, as manobras do patronato aliado aos lacaios e divisionistas do Sindetex/UGT e outros — são problemas que colocam ao PCP cada vez maiores responsabilidades e exigirão dos trabalhadores uma cada vez maior capacidade de organização e luta para fazer face a um patronato arrogante que se sente protegido pelo governo da AD».

E acrescenta o Comité dos Têxteis e Vestuário:

«O fortalecimento do Partido passa necessariamente por medidas de consolidação e reforço da sua organização. A célula de empresa é a mais importante organização de base do Partido, desempenhando um papel fundamental e insubstituível na ligação com a classe operária e as massas trabalhadoras. Recrutar novos membros, dos mais combativos, dedicados à classe operária, formar novas células lá onde não existem, estruturar melhor todos os membros e levar animação política aos organismos existentes mobilizando-os para a resposta pronta e eficaz aos inúmeros problemas, é uma tarefa prioritária e urgente para todos».



Na Voz do Operário, o sector intelectual de Lisboa reunido

O camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, fez uma apreciação dos trabalhos e falou sobre a situação política nacional.

Foram aprovadas várias

moções, nomeadamente sobre a manipulação dos órgãos de Comunicação Social estatizados, o ataque israelita ao Líbano, a revisão constitucional e a comemoração da Revolução de 1383/85.

A célula dos artistas plásticos, fez expressamente para a Assembleia seis gravuras e uma escultura e a célula dos Editores e Livreiros editou uma publicação: «As cinco dificuldades para escrever a verdade», de Bertold Brecht.

## Juventude

### 1.º Encontro de quadros do Norte da JCP

Realizou-se no passado dia 6, no Porto, o primeiro encontro de quadros do norte da JCP em que participaram mais de 200 jovens comunistas do Porto, Minho e Trás-os-Montes.

Estiveram presentes os camaradas dos organismos executivos da JCP e uma delegação do PCP incluindo representantes das Direcções Regionais do Partido, do Norte, e o camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC do Partido.

O encontro discutiu a situação política, as debilidades e carências orgânicas da JCP, a situação e os problemas da juventude e traçou algumas grandes linhas orientadoras para a actividade da JCP.

O encontro concluiu que a política do Governo «AD»/Balsemão tem significado para a juventude o desemprego e os despedimentos, a repressão nas empresas e locais de trabalho; nomeadamente na sequência das grandes jornadas de luta, que constituíram as greves gerais de 12 de Fevereiro e 11 de Maio, a criação de uma situação desastrosa e de total caos no sistema de ensino, o atropelamento permanente dos direi-

tos da juventude, o desrespeito sistemático pelos preceitos constitucionais e a perigosa tentativa da revisão inconstitucional da Constituição, visando, através do odioso acordo PS/Mário Soares/«AD», atingir profundamente as conquistas dos traba-

dições para, com mais eficácia, combater o povo. Tem particular significado para os jovens a demissão do ministro Vítor Crespo incompetente, combatido e odiado pelos estudantes. Valeu a pena a luta contra a política da «AD» no ensino. Com o novo ministro e a mesma política a luta estudantil irá continuar. — foi salientado no encontro.

O encontro apontou ainda linhas gerais de orientação que visam aumentar o número de efectivos da JCP, reforçar a ligação da JCP à juventude, reforçar a participação responsável dos seus militantes nas lutas e, em todos os aspectos da vida da JCP, aumentar a militância, a abertura e a actividade juvenil.

O encontro concluiu que a JCP é no Norte uma organização insuficiente para as tarefas que se lhe colocam na luta, que a JCP tem de mais rapidamente se adaptar e encontrar formas orgânicas para responder a situações e problemas novos colocados pela situação política.

O encontro concluiu que, apesar das suas insuficiências e debilidades, a JCP é hoje no Norte, como no país a maior e mais influente organização política juvenil portuguesa.



lhadores e do nosso povo e destruir o regime democrático nascido da revolução de Abril.

A recente «remodelação» governamental nada vem resolver, antes revela as dificuldades da «AD» em impor a sua política, procurando assim criar con-

## Aveiro Assembleia de militantes da JCP

A Comissão Distrital de Aveiro da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) vai realizar a sua 1.ª Assembleia Distrital de Militantes no próximo dia 12 (sábado), no Salão da Escola Secundária n.º 2 de Aveiro.

A realização desta assembleia tem como objectivo a discussão profunda de alguns objectivos concretos:

- Dar outra dinâmica à Organização;
- Reforçar a Organização em todas as frentes de trabalho;
- Fazer um balanço do trabalho geral e apontar medidas para ultrapassar os múltiplos problemas que ainda se colocam;
- Discutir o plano de actividades até ao fim do ano;

- Encontrar formas concretas de mobilização da juventude;
- Discutir formas de unir a juventude.

Em torno destes objectivos tem-se realizado uma viva e franca discussão praticamente em todos os concelhos do distrito, onde se abordaram também as melhores formas de mobilização dos militantes e simpatizantes para a Assembleia Distrital.

## Carlos Brito em Silves

No último fim-de-semana o camarada Carlos Brito, na qualidade de deputado pelo distrito de Faro à Assembleia da República, efectuou mais uma das suas regulares visitas ao distrito, centrando desta vez a sua atenção sobre o concelho de Silves.

Durante dois dias Carlos Brito cumpriu um intenso programa de contactos, reuniões e visitas pelo concelho com a preocupação de se informar junto das populações dos seus problemas, comprometendo-se como é hábito a levar alguns deles à AR.

Para além da visita a uma fábrica metalúrgica e de encontros com as direcções da CHE/União Silvense e da cooperativa de consumo «A Compensadora», salienta-se pelo significado que assumiram três outros encontros.

Foi o caso de uma reunião de trabalho com a direcção da Associação de Regantes que dirige o perímetro de rega do Arade, onde foram colocadas as dificuldades que se continuam a verificar para abastecer de água todas as culturas de regadio da região.

No mesmo encontro soube-se que o ministro da Agricultura e Pescas do Governo «AD» em recente visita à região tinha informado que o Governo abandonou o projecto de construção da barragem do Funcho, depois de já estar em curso a obra de construção da estrada de acesso às obras da barragem, incitando-se agora o Governo para a construção da barragem de Odelouca, para cujo projecto o ministro disse não haver verba...

Carlos Brito participou também num encontro com agricultores da zona da Pedreira, onde lhe foram expostos variados problemas entre os quais se salienta exactamente o da falta de água, as dificuldades do

acesso ao crédito e o brutal encarecimento dos factores de produção entre os quais pesa bastante o preço actual do gasóleo.

Finalmente realizou-se um encontro em Armação de Pera com dezenas de pescadores realizado na lota, tendo-lhe sido colocado uma série de problemas e carências com que se defrontam os pescadores fundamentalmente da pesca artesanal que aqui operam: pagamento de indemnizações pelos prejuízos sofridos pelo temporal de 26 de Abril último, construção de um pequeno muro que facilitasse a avariação dos barcos, preços do combustível, isenção de impostos para a compra de motores para as embarcações, pensão e assistência médica, foram entre outros alguns dos importantes problemas colocados, num ambiente de grande interesse e participação.

No sábado à noite Carlos Brito culminou a visita com uma

sessão de esclarecimento no Salão da Filarmónica em Silves, onde para além da abordagem dos problemas da actual situação política foi denunciada a atitude de um empresário francês estabelecido em Silves, dono da fábrica «J. Barrange», que se negou a receber e a permitir a visita de um deputado à sua empresa, provavelmente porque temerá que lhe sejam descobertas as muitas irregularidades com que dirige a empresa.

### Assembleia de Organização de Olhão

No dia 10 de Junho realiza-se a primeira Assembleia de Organização do concelho de Olhão, a partir das 10 h no salão da Escola Secundária.

Ao encerramento da assembleia estará presente o camarada Joaquim Gomes membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.



# FESTA do Avante! /82

## COM 30 000 WATTS DE SOM!



### REGGAE

## CLINT EASTWOOD & GENERAL SAINT



O reggae que aí vem faz parte da expressão mais moderna e inovadora da música nascida na Jamaica: **General Saint** e **Clint Eastwood** fazem parte da, digamos escola **DJ**.

Que significa? **DJ**, como quase toda a gente sabe, é abreviatura de **disc jockey** e à que corresponde também no reggae, só que sem que isso signifique que os intérpretes **DJ** se instalem atrás de uma mesá de gira-discos e animem a boite... Contudo...

Contudo, a dificuldade para os músicos jamaicanos (e especialmente os que se encontram no competitivo mercado londrino) de se apresentarem com as numerosas formações musicais exigidas pelo reggae levou à exploração de um estilo próprio com recurso criador a uma certa forma de *playback*. No essencial, um intérprete **DJ** equipa-se com uma aparelhagem sonora mínima (um gravador, amplificação, colunas) e faz-se acompanhar de uma banda sonora expressamente elaborada ou pura e simplesmente recolhida de um qualquer disco. Na sua actuação, o intérprete **improvisa** sobre essa banda sonora, introduzindo-lhe outras letras, vocalizando-a da forma que entende, alterando sonoridades, fazendo de cada vez

um espectáculo diferente. Em muitas circunstâncias (e considerando a profunda ligação do reggae à dança) estas apresentações são mesmo feitas em compita: numa mesma sala, dois ou três **DJ** alternam com as suas aparelhagens, as suas interpretações, as suas criações, em busca de uma "vitória" conseguida pela "mobilização" de maior número de dançarinos entre a assistência!

Como facilmente se depreende, o trabalho dos **DJ** conduz a um desenvolvimento da capacidade de comunicação e de improvisação muito enriquecedor para qualquer tipo de actuações ao vivo. No caso de Eastwood e Saint, ambos acabaram — após vários "duelos" em centenas de salas — por trabalhar em conjunto, num rico esquema de improvisação colectiva, de duelo, de estímulo mútuo.

Para grandes recintos (como é o caso da Festa do "Avante!"), Clint Eastwood e General Saint apresentam-se já com uma numerosa formação atrás: oito músicos jamaicanos, entre os quais três percussionistas. A riqueza das improvisações, a capacidade de acesso ao público, a força do reggae está lá toda!

### ROCK

## OMEGA

Os **Omega** são considerados unanimemente como o melhor grupo de **rock** dos países socialistas e uma das melhores bandas da Europa.

Uma sonoridade de **heavy rock** faz ressaltar a larga experiência de cinco músicos evidentemente influenciados pelo que de melhor a cena **rock** tem produzido: **Jimmy Hendrix**, **Frank Zappa** (os trabalhos de guitarra são disso prova claríssima) e também **Deep Purple** ou **Supertramp**. A regularidade de trabalho proporcionada pela sua vida na Hungria tem permitido a conservação da formação do grupo e a sua evolução: os **Omega** dispõem em Budapeste de um estúdio próprio e são um dos mais

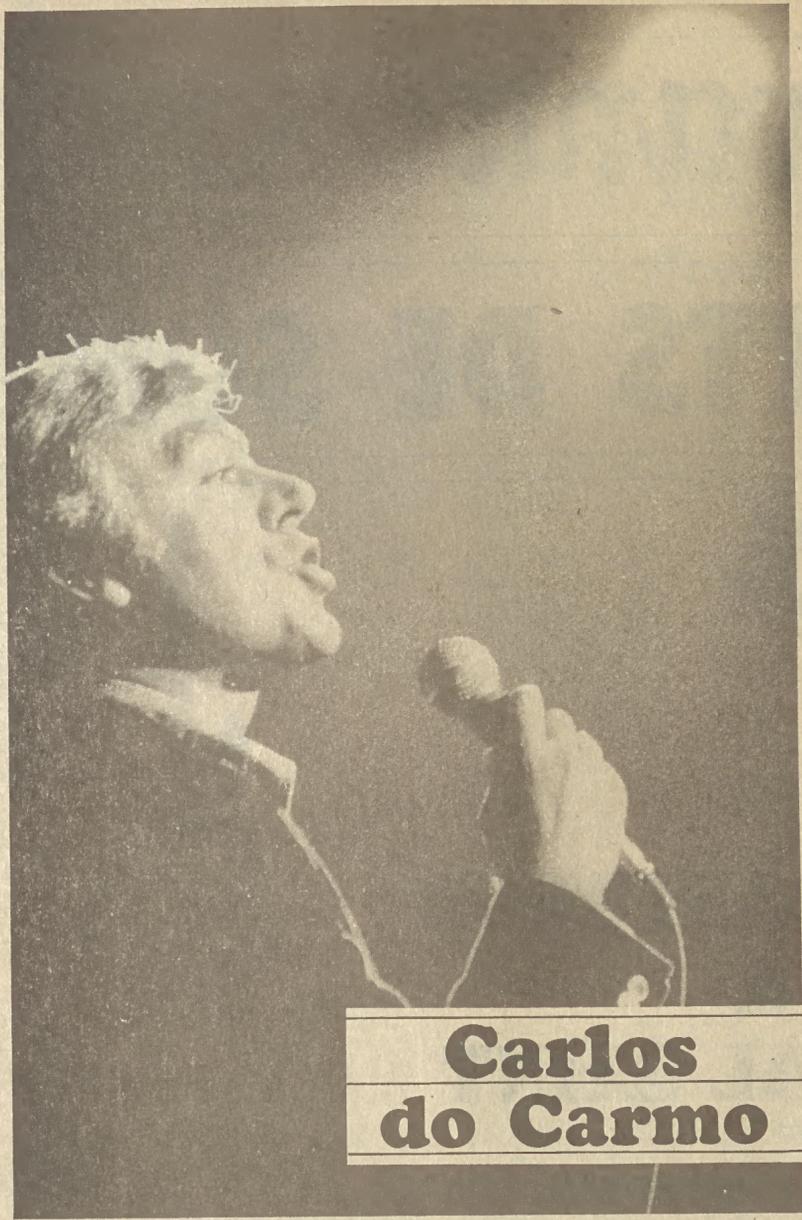
internacionais dos artistas húngaros: actuações em Inglaterra (nos melhores clubes e auditórios da cena **rock**), na República Federal da Alemanha, na Finlândia, em Espanha, em França, no Japão.

Em quase toda a Europa foram editados álbuns seus (inclusive em Portugal).

Um dos aspectos curiosos (e também mais polémicos) da música dos **Omega** é o esforço de integração, nomeadamente a nível melódico, do riquíssimo património musical húngaro.

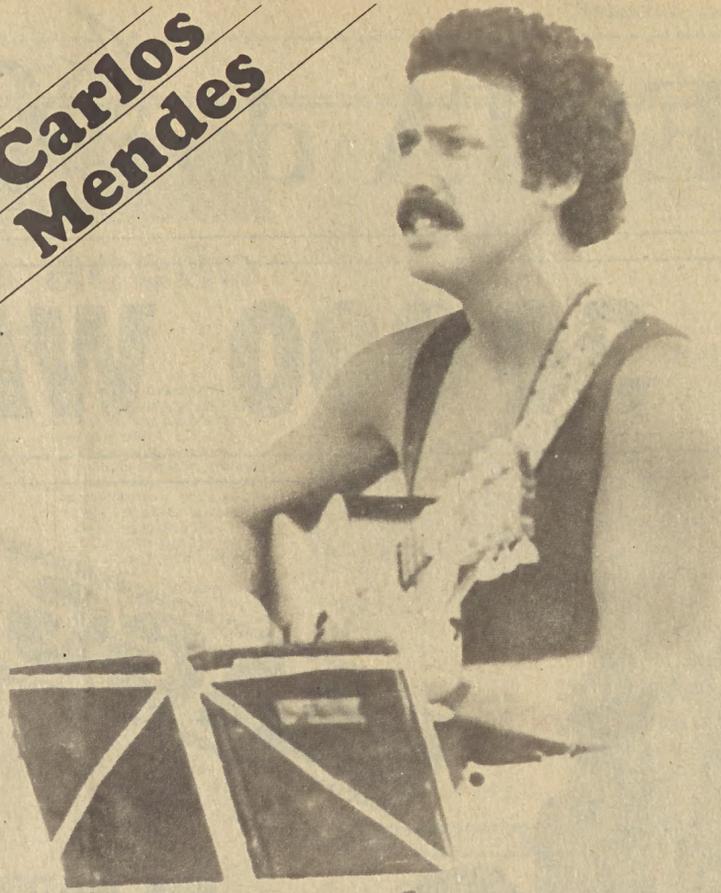
**Lazlo Benko**, **Janos Kobor**, **Tamas Mihaly**, **Gyorgy Molnar** e **Ferene Rebreceni** no Alto da Ajuda, na Festa do "Avante!". Do melhor **rock** que se faz actualmente.





**Carlos  
do Carmo**

**Carlos  
Mendes**



**Joe  
Jore  
Letia**

**FESTA**

do  **Avante! / 82**

**A MÚSICA  
PORTUGUESA**



**Sérgio  
Godinho**

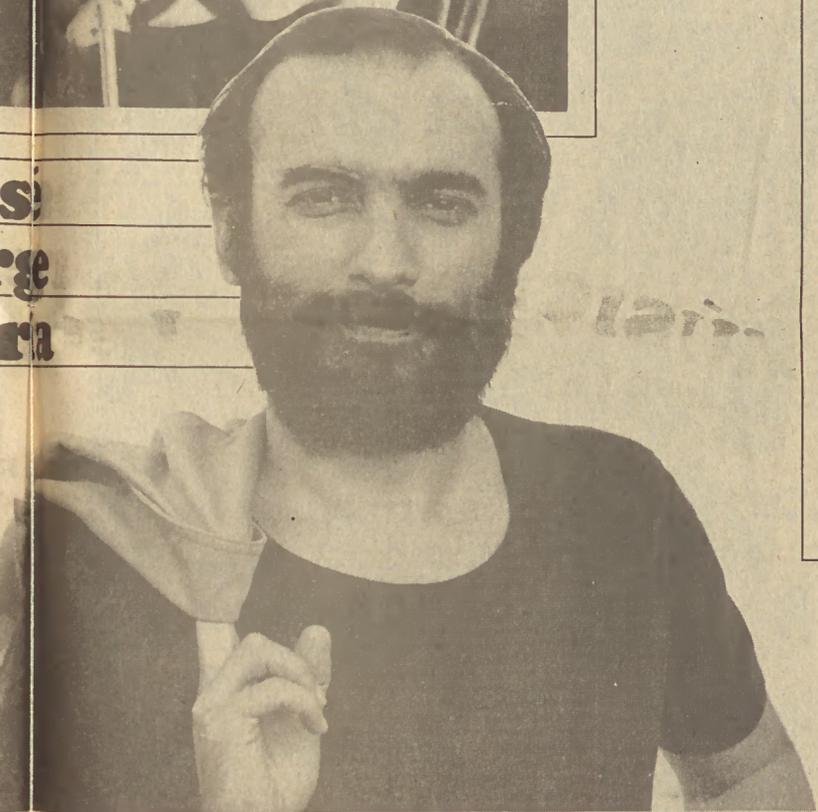


**Maria  
do Amparo**

**Carys**



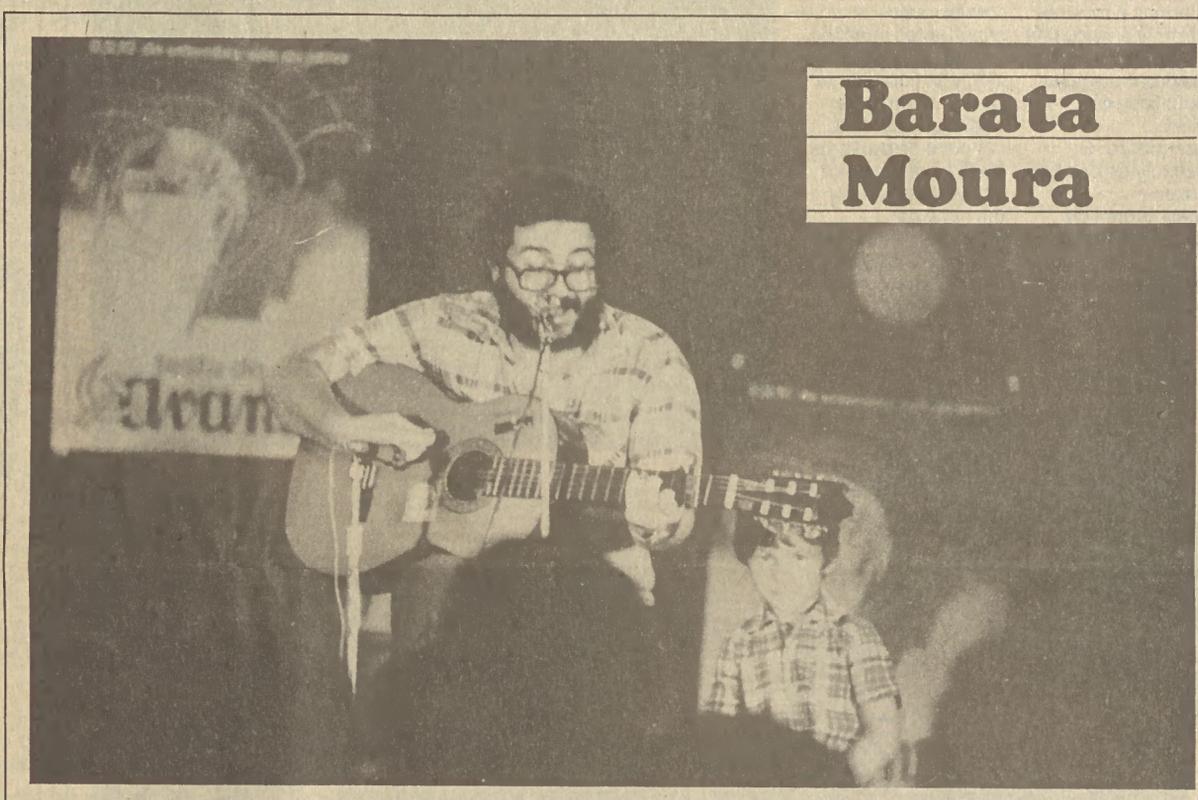
**Adriano  
Correia  
de Oliveira**



S  
e  
ra



**Samuel**



**Barata  
Moura**



**Alberto  
Moniz**



**Trovante**

**CONTINUA NO PRÓXIMO NÚMERO**

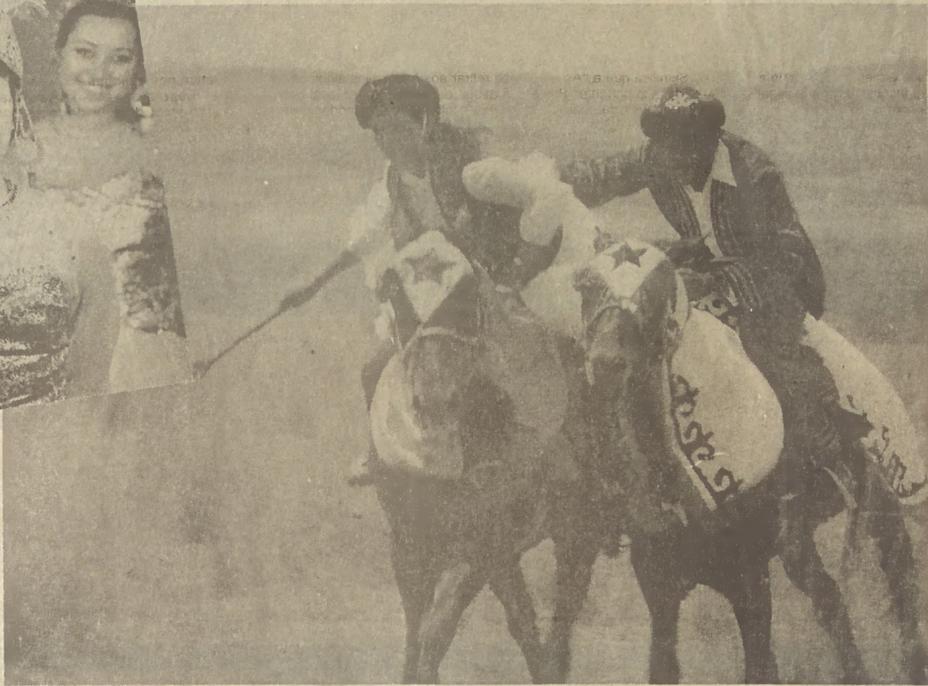
# FESTA do **davante! / 82**

## FOLCLORE DOS PAÍSES SOCIALISTAS

### **Kurmangazí** Grupo Folclórico da República Socialista Soviética do Kazaquistão

Meia centena de bailarinos e músicos trazem aos palcos da Festa o folclore de uma das mais ricas Repúblicas da URSS: o Kazaquistão. O Kazaquistão onde se cruzam o espaço de Baikonur de onde partem as naves espaciais soviéticas e as maiores searias da URSS; onde se cruzam algumas das mais importantes

jazidas petrolíferas com as mais importantes criações de gado; onde a indústria florescente se cruza com uma tradição cultural de um povo de pastores; onde a paixão pelo cavalo coexiste com um ritmo de progresso industrial dos mais elevados do mundo. Onde se conserva bem vivo um dos mais ricos patrimónios folclóricos da URSS.



### **Rajkó** (Hungria)



A riquíssima música folclórica da Hungria por um dos mais significativos agrupamentos de Budapeste: os jovens da orquestra "Rajkó", do Grupo Artístico da Federação da Juventude Húngara. Os jovens músicos da "Rajkó" – com uma idade média de 17 anos – tem tido em todo o mundo, dos EUA à Suíça, da URSS à Finlândia, as mais entusiásticas críticas.

### **Grupo folclórico «Severnatche»** (Bulgária)

PCP

# Álvaro Cunhal no Minho

A entusiástica participação popular, um grande interesse pelas propostas do PCP na actual fase da vida política portuguesa e a afirmação de espírito combativo das populações foram notas comuns nas iniciativas realizadas no Minho, em que participou, no passado fim-de-semana, o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

A sua primeira intervenção registou-se no sábado, à tarde, na Escola Preparatória J. de Meira, em Guimarães, que tinha o pavilhão repleto. À noite, Álvaro Cunhal esteve em Barcelos, no Teatro Gil Vicente.

Nas duas sessões de esclarecimento, a situação política e social do País mereceu amplo e vivo debate.

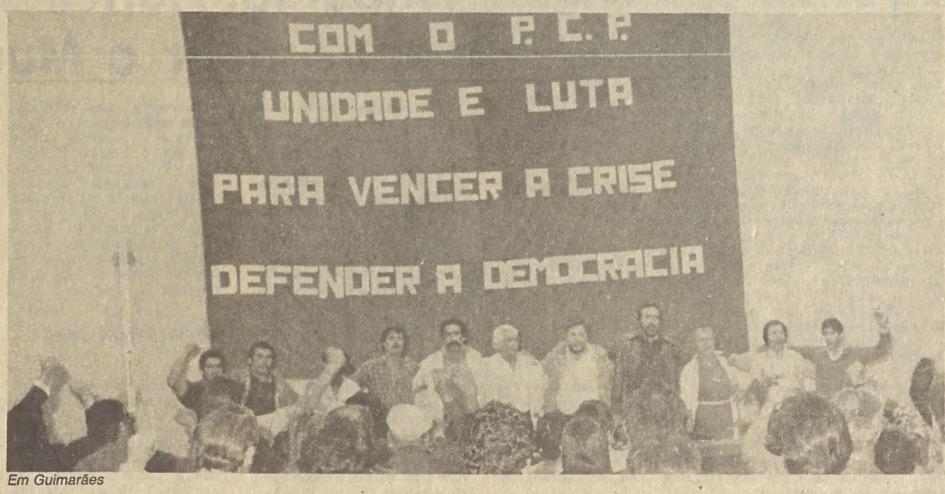
Na segunda etapa da sua passagem por terras minhotas, onde é cada vez mais forte a disposição para a luta em torno de uma vida melhor, apontada ao reforço da democracia e da esperança de Abril, Álvaro Cunhal, já no domingo, participaria numa reunião em Riba d'Ave com mais de uma centena de camaradas do sector têxtil.

Ali, uma centena de destacados camaradas de mais de 40 empresas discutiram a situação social, económica e política dos trabalhadores e do sector dos têxteis e problemas da organização do Partido.

O plano "Werner", a falência de pequenas e médias empresas, os despedimentos e o desemprego, os atentados às liberdades sindicais e a repressão, foram questões debatidas. Fazendo um balanço da luta dos trabalhadores têxteis no distrito, os camaradas concluíram que tal balanço era positivo, pese embora a necessidade de continuar a luta, nomeadamente por um contrato que supere o aumento de custo de vida, contra a repressão pelo reforço da organização sindical.

No final, o camarada Álvaro Cunhal considerou a situação no sector um espelho da situação nacional, que analisou aprofundadamente. Mais tarde, deslocou-se a Pevidém, onde teve a oportunidade de, num almoço-convívio com mais de 200 participantes, contactar com vários eleitos da APU, independentes e mesmo vários homens socialistas.

Finalmente, em Viana do Castelo, na Festa da Amizade, — uma festa com características específicas, completamente aberta ao público, e que, com as decorações alusivas, dá uma fisionomia diferente à cidade — com o jardim e a marginal completamente cheios de gente, num dos maiores comícios realizados naquela cidade, o camarada Álvaro Cunhal fez nova intervenção sobre a situação política e os perigos que neste momento pairam sobre a democracia portuguesa.



Em Guimarães

# Discurso em Guimarães

A ser aprovado o acordo "AD"/M. Soares, a revisão da Constituição entregaria a "AD" o fundamental do poder político, dos órgãos de soberania, do controlo, gestão e comando das Forças Armadas.

O PCP não exagera ao dizer que tais alterações à Constituição, a serem aprovadas na Assembleia da República, criariam um perigo iminente para o regime democrático, o perigo iminente de um golpe de Estado encapotado por novos preceitos da Constituição alterada e por uma nova pretensa legalidade fabricada antedemocraticamente pelos partidos reaccionários com o colaboracionismo de Mário Soares.

Bem podem os responsáveis do PS autores do acordo com a "AD" vir dizer que os poderes do Presidente da República não foram diminuídos.

Nos nada temos com o acordo que se diz ter sido firmado entre o Presidente da República e o PS.

Mas, tomando à letra o que diz Almeida Santos ("Portugal Hoje", 1.6.82) nesse acordo do PS com o Presidente da República, o PS tomou o compromisso de não propor na revisão da Constituição "a diminuição do conteúdo semipresidencialista actualmente previsto na Constituição" "reconhecendo-se contudo, a necessidade de proceder a uma redistribuição equitativa dos poderes que estão atribuídos ao Conselho da Revolução".

Ora o acordo do PS com a "AD" torna o conteúdo semipresidencialista uma farsa e quanto à "redistribuição equitativa dos poderes", não só passa para o governo poderes decisivos do Conselho da Revolução, como passa igualmente para o governo poderes decisivos do Presidente da República.

Esse acordo é um perigo para a democracia. É necessário impedir que seja aprovado na Assembleia da República como revisão da Constituição.

Diz-se que o PCP está contra a revisão da Constituição, que quer bloquear a revisão, assim como no tempo da Assembleia Constituinte estava contra a Constituição e quis bloquear a sua elaboração.

Tudo isto é completamente falso. O PCP deu uma contribuição activa e positiva para a elaboração da Constituição na Assembleia Constituinte. O PCP aprovou a Constituição. O PCP defende a Constituição e defende também uma revisão legal que a melhore, não que a destrua. O que o PCP combate é esta revisão inconstitucional e ilegal na base do vergonhoso acordo de M. Soares com a "AD".

A defesa da Constituição não é apenas dever e tarefa dos partidos democráticos e dos deputados democráticos. A defesa da Constituição é o interesse e a tarefa de todos os democratas, de todo o Povo português. A Constituição será defendida, porque defender a Constituição é defender Portugal Democrático, é defender Portugal de Abril.

3

## A segunda volta que a "AD" prepara — um plano de liquidação da democracia

No dia 30 de Maio, falando aos "autarcas" do seu partido, o presidente do CDS, impante e arrogante como é seu hábito, veio proclamar que o acordo da "AD" com M. Soares foi "uma boa vitória para a "AD".

E pôs as cartas na mesa. Segundo ele confessa e proclama, do que se trata com esta revisão pelo acordo "AD"/M. Soares é apenas a 1.ª volta da contra-revolução, na qual seriam dadas força e poderes à "AD" para passar depois à 2.ª.



Em Viana do Castelo

E em que consistiria a 2.ª volta? O presidente do CDS, julgando já a vitória no papo, não teve papas na língua. A 2.ª volta consistiria pura e simplesmente na destruição completa do regime democrático.

Segundo o presidente do CDS, a "tarefa prioritária" da "AD" para o período post-revisão (próxima sessão legislativa) é "a reforma de estruturas nos sectores político, militar e administrativo".

E em que consiste então, por miúdos, essa tarefa prioritária? O presidente do CDS anuncia como tarefa prioritária a legislação básica de defesa nacional.

Está com tanta pressa que, numa reunião que, como ministro da Defesa, realizou com representantes dos partidos, entre quais o nosso, afirmou ser desejável que a Lei de Defesa Nacional entre em vigor ao mesmo tempo que a Lei da revisão da Constituição! — além de uma nova "Lei do Serviço Militar", e de uma nova "Lei Orgânica do Ministério da Defesa" e de outras leis que reconduziriam as Forças Armadas ao 24 de Abril.

O que significa isto, camaradas? Significa que a "AD" pretende rapidamente através de uma lei da Defesa Nacional e de outras leis assegurar não só a designação pela "AD" dos Chefes de Estado Maior (isso ficaria já na Constituição revista), como também a nomeação dos oficiais gerais, a intervenção noutras nomeações, colocações e promoções, o efectivo controlo de um Conselho Superior de Defesa Nacional, a administração, a gestão, a organização, a estruturação, o comando e o controlo das Forças Armadas.

Isto é, assegurar a instrumentalização, governamentalização e paritarização das Forças Armadas pela "AD".

Em poucas palavras: a "AD", numa 2.ª volta, pretende restaurar a hierarquia militar fascista ou fascizante, dominar as Forças Armadas e, como afirmou já clinicamente o 1.º Ministro numa Conferência no Instituto dos Altos Estudos Militares, tornar as Forças Armadas "um instrumento da política do governo", ou seja, o instrumento de força para dominar e esmagar, se necessário, a resistência do Povo português ao plano "AD" de liquidação da democracia.

O presidente do CDS anunciou também como tarefa prioritária a legislação básica da segurança interna.

O que significa isto, camaradas? Significa que a "AD" pretende criar rapidamente um aparelho repressivo próprio, dócil e pronto a acções de brutal violência contra o povo, como mostram já numerosas acções da GNR a mando do governo "AD", como mostrou a Polícia de Intervenção no Porto na noite sangrenta de 30 de Abril — 1 de Maio.

Precede o controlo total de todas as polícias. Pretende reforçar os seus efectivos apesar de que Portugal se situa em 1.º lugar na Europa pelo elevado número de polícias: 1 para cada 220 habitantes, o dobro da média europeia. Pretende reforçar a preparação e a mentalidade fascista ou fascizante de ódio ao povo nas forças repressivas e nos seus corpos especiais (Polícia de Intervenção, Grupo de Operações Especiais e outros). Pretende desenvolver serviços de provocação e espionagem política intensa como de certa forma é já o "Serviço de Estrangeiros" e poderá vir a ser um Serviço de Informação.

O presidente do CDS anunciou também como tarefa prioritária a legislação básica do aparelho judicial.

Que significa isto, camaradas? Significa que a "AD", desmentindo com a independência dos tribunais que com certa frequência têm tomado decisões contra o governo, pretende tornar também o aparelho judicial um "instrumento do governo", atentando contra a inamovibilidade dos juizes e contra a autonomia do Ministério Público.

O presidente do CDS anunciou como tarefa prioritária a reforma administrativa.

Que significa isto, camaradas? Significa que a "AD" pretende, conforme com o pacote da Função Pública, levar a cabo uma vasta depuração de democratas, a pretexto do "descongestionamento" dos quadros da Função Pública, simultâneo com a demissão de protegidos, de amigos e amigalhões, de gente incompetente mas da confiança política da "AD".

Significa que a "AD" pretende tornar todo o aparelho do Estado não um aparelho administrativo e burocrático realmente ao serviço do Estado e do regime democrático, mas um aparelho ao serviço da reacção, do grande capital, do governo "AD" e da sua clientela.

O presidente do CDS anunciou a regionalização.

Que significa isto, camaradas? Significa que a "AD" pretende retirar aos municípios algumas das suas mais importantes funções e atingir e limitar o poder local democrático através da criação de regiões controladas pelo poder central, com serviços próprios, interferindo e ingerindo-se nas actividades das autarquias.

Além, os planos antidemocráticos do governo quanto ao poder local aparecem claramente no seu projecto de nova lei eleitoral segundo a qual, entre outras coisas, seria introduzido o voto pelo correio, processo que, como se sabe, é magnífico para a reacção falsificar resultados e obter grandes vitórias mesmo que não tenha efectivamente os votos necessários para isso.

O presidente do CDS anunciou como tarefa prioritária "destruir o gonzalvismo económico".

Que significa isto, camaradas? Significa, como ele próprio acrescenta, "reduzir o sector público", isto é, entregar de novo aos grandes capitalistas do tempo do fascismo sectores básicos da economia portuguesa que foram muito justamente nacionalizados.

Significa, como ele próprio acrescenta, ajudar a criar novos bancos privados para abrir caminho à restauração do capital financeiro, ou seja, de algumas dezenas de famílias dominando toda a economia nacional e explorando em seu proveito próprio, todo o Povo português.

Significa, como o próprio acrescenta, "indemnizar os expropriados", ou seja, aumentar ainda mais as somas monstruosas de centenas de milhões de contos do Estado que entregou aos grandes capitalistas que durante 48 anos exploraram e tiranizaram o nosso povo servindo-se dum ditadura fascista, de forma a que eles se tornem de novo os senhores de Portugal com a ajuda de uma nova ditadura que esmague com a supressão das liberdades, a repressão, as prisões, as torturas, as condenações, os assassinatos, a justa resistência do Povo português.

Tais são, segundo as declarações do próprio presidente do CDS, os traços fundamentais da 2.ª volta contra-revolucionária que a "AD" prepara se conseguisse que a 1.ª volta (a da revisão da Constituição agora em curso na Assembleia da República) fosse levada a cabo com sucesso.

Este plano, tão clinicamente exposto pelo presidente do CDS confirma tudo quanto temos dito acerca das consequências da revisão da Constituição.

O que está por detrás dos planos da "AD", do PSD, do CDS, não é qualquer democracia, diferente da actual mas democracia. Não, O que está por detrás dos planos da "AD", do PSD, do CDS, não é a democracia mas o fascismo.

Ora o Povo português quer viver em liberdade e democracia. Não quer regressar ao 24 de Abril. Não quer regressar ao passado tenebroso do fascismo. E por isso grita convicto e em luta: "Fascismo nunca mais!"

4

## Demissão do governo e dissolução da AR — decisões necessárias antes da revisão

A evolução da situação nacional e os perigos que com a revisão da Constituição se amontoam sobre o regime democrático há muito justificam plenamente as 4 medidas propostas pelo PCP: a demissão do governo "AD", a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão que assegure a democraticidade de eleições, e finalmente a realização de eleições antecipadas no prazo constitucional de 90 dias.

Não se trata de 4 medidas separadas e independentes. Para que efectivamente assegurem a defesa da democracia deverão ser medidas complementares e indissociáveis.

Quando o PCP avançou a necessidade de tais medidas levantou-se da parte, não só dos partidos da "AD", mas de alguns sectores democráticos (incluindo dirigentes do PS) uma tempestade de protestos indignados.

Gritaram que a "AD" pelo resultado das eleições de 5 de Outubro de 1980 tinha legitimidade para governar 4 anos — quando a "AD", se alguma vez a tivera, a perdera com a derrota nas eleições presidenciais de 7 de Dezembro. Gritaram que o PCP estava a desestabilizar o regime, quando as medidas eram propostas precisamente porque a desestabilização do regime democrático era (como continua a ser) a própria substância da acção da "AD" no governo e na Assembleia da República.

Gritaram que o PCP não respeitava as regras da democracia quando as medidas propostas são inteiramente constitucionais e legais expressamente indicadas na Lei Fundamental do País.

Passou o tempo. E agora, mesmo aqueles que tanto combatiam as medidas propostas pelo PCP (designadamente a Direcção do PS) já também dizem reclamar a demissão do governo "AD", a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições.

Entretanto há entre a posição do PCP e a posição da Direcção do PS uma diferença capital.

A primeira é que esses dirigentes do PS têm defendido que, demitido o governo "AD" (Balsemão, deve ser formado outro governo "AD" sem Balsemão, e o PCP defende que para a realização de eleições deve ser formado um governo que dê garantias de respeitar as regras democráticas.

A segunda é que, esses dirigentes do PS dizem agora que a demissão do governo e a dissolução da Assembleia da República devem ter lugar depois da revisão da Constituição e o PCP defende que tais decisões para serem eficazes, devem ser tomadas antes da revisão.

Essas medidas podem ser tomadas? Sim, podem sê-lo. E neste

momento é absolutamente certo que apenas podem ser tomadas pelo Presidente da República.

No decurso de 1981, se todos os democratas tivessem unido as suas forças para pôr fim ao governo "AD", este objectivo poderia ter sido alcançado de outras diversas formas, incluindo a iniciativa do próprio governo "AD" se demitir.

Aliás, houve um momento breve, em Agosto de 1981, em que a "AD" foi tão profundamente abalada pela luta popular, pelo fracasso da sua política e pelas suas contradições internas, que o próprio 1.º Ministro Balsemão pediu a demissão.

Foi uma outra ocasião magnífica, oferecida à democracia numa bandeja, em resultado da luta do povo, para afastar a "AD" do governo e do Poder, para demitir o governo e, como corolário, dissolver a Assembleia da República e convocar eleições antecipadas, uma tal situação que a "AD" não teria valiação eleitoral possível e seria inevitavelmente derrotada.

Nessa ocasião, se o PS tivesse juntado a sua força à força do PCP, de outros partidos democráticos e do movimento operário e popular, uma tal solução era completamente possível, sem que a iniciativa tivesse de partir do Presidente da República.

A iniciativa da demissão do governo tinha partido do próprio governo e do seu 1.º Ministro. A "AD" pedia a demissão? Era dar-lha sem mais trabalho a a "AD" teria ido para a rua.

Agora a situação é outra. Agora, quando o acordo "AD"/M. Soares para a revisão inconstitucional sobre na próxima 2.ª-Feira ao Plenário da Assembleia da República para debate e votação, pode dizer-se que, no funcionamento das instituições, se torna indissolúvel, a intervenção do Presidente da República no uso dos poderes que a Constituição lhe atribui e pode com absoluta legitimidade utilizar.

Utilizar antes e não depois da revisão da Constituição. Antes da revisão essas medidas são inteiramente constitucionais, legais, legítimas, possíveis, incontestado e extremamente fáceis. Antes da revisão a "AD" não tem quaisquer possibilidades de as contrariar com qualquer êxito.

Contra a revisão, tais medidas, não só podem afastar a "AD" do Poder, como podem criar condições para uma grande vitória democrática nas eleições.

Depois da revisão, tais medidas não são impossíveis, mas serão mais difíceis de tomar, porque, cabendo ao Presidente da República tomá-las, mais facilmente o poderá fazer tendo todos os poderes que hoje a Constituição lhe confere do que com os poderes gravemente reduzidos que ficaria se a revisão da Constituição se fizesse segundo o acordo da "AD" com M. Soares.

Alguns adiantam a ideia de que o Presidente poderá perder alguns poderes. Mas que o apoio nacional à sua orientação e à sua personalidade são tão amplos, que, formando-se um partido ou movimento em seu apoio, ele poderá assegurar uma solução democrática mesmo perdendo os poderes de que actualmente dispõe.

Será isto assim? Como encerrar tal eventualidade? O PCP considera que os partidos actualmente existentes não podem pretender o exclusivo da actividade partidária, que a constituição de partidos políticos é um direito de todos os portugueses que deve ser reconhecido e respeitado.

Mas agora a questão não é essa. A questão é a de saber se após a revisão da Constituição um tal partido ou movimento poderá dar ao actual Presidente da República poderes e força que compensem a perda dos poderes e da força decorrentes da revisão.

O Presidente da República tem hoje grandes poderes militares e políticos. Apoiado no Conselho da Revolução pode nomear os Chefes do Estado Maior. Pode intervir activamente na configuração da hierarquia militar. Pode declarar inconstitucionais leis que assim o sejam. Pode demitir o governo. Pode dissolver a Assembleia da República e determinar a realização de eleições antecipadas.

Se o general Ramalho Eanes perdesse ou visse gravemente limitados estes poderes pela revisão da Constituição, não seria um partido ou movimento que lhe poderia dar a força de intervenção na vida política de que actualmente dispõe.

O Presidente da República pode intervir de maneira decisiva para a defesa do regime democrático. Antes e não depois da revisão inconstitucional da Constituição que se prepara.

Repetimos, com inteira certeza: Se o Presidente da República tomar tais decisões, contra se qualquer dúvida com um apoio extraordinariamente mais amplo e entusiástico do que o eleitoral-mente o elegeu em 7 de Dezembro de 1980, terá com ele em tais decisões a esmagadora maioria dos portugueses e portuguesas.

E nas eleições (respectivas) a "AD" sofreria uma derrota estrondosa.

Esta previsão não resulta de palpites, nem de adivinhações do dedo minhoto, antes tem sólido fundamento na observação das lutas sociais, da acção política, da evolução da capacidade de mobilização mostrada pelos vários partidos, dos resultados de eleições parciais para as autarquias.

Não se pode opor a essa previsão uma ou outra sondagem de valor duvidoso.

Nas condições actuais, a derrota da "AD" em eleições democráticas seria mais do que provável, seria certa.

5

## A reacção do PS/M. Soares uma tentativa para enfraquecer a luta contra a "AD"

Numa situação tão grave para a democracia portuguesa, o PCP tem feito repetidos apelos aos trabalhadores, ao Povo português, aos democratas, ao PS, às instituições democráticas para que, com a sua luta, a sua acção, as suas decisões, intervenham na defesa do regime democrático ameaçado.

É sabido que existem numerosos membros do PS, entre os quais muitos destacados dirigentes, muitos deputados, se têm pronunciado contra a revisão da Constituição nos termos do acordo firmado com a "AD" por Mário Soares.

É completamente legítimo que, na sua luta em defesa da Constituição e do regime democrático, tendo em conta que só os deputados socialistas podem dar à "AD" os dois terços dos votos para a revisão da Constituição o PCP faça apelo aos deputados socialistas para que não votem o projecto de revisão que sobre nos dias próximos a discussão no plenário da Assembleia da República.

Que queria o secretário-geral do PS? Que queria a Comissão Permanente do PS? Que o PCP dissesse: M. Soares fez um acordo com a "AD" para a revisão da Constituição. Esse acordo, se for aprovado pelos deputados socialistas, representa um perigo iminente para o regime democrático. Mas o PCP entende que os deputados socialistas devem votar esse acordo porque o seu secretário-geral assim o entende?

Era isto que o secretário-geral do PS queria que dissesse o PCP? Não. Assegurar a duvidosa disciplina partidária de voto dos deputados socialistas é uma questão do PS. Não é do PCP que cabe assegurar, defender tal disciplina.

O nosso dever, (o cumprir-emo) é procurar contribuir para a nossa acção política para que todos os democratas assumam as suas responsabilidades e intervenham para impedir uma tal revisão inconstitucional da Constituição.

Foi precisamente isso que fez o Comité Central do nosso Partido na sua reunião de 31 de Maio e 1 de Junho próximo passado.

A reacção insólita, nervosa, precipitada e despropositada da Co-



# PCP Discurso de Álvaro Cunhal

missão Permanente do PS não fez mais do que confirmar até que ponto certos dirigentes do PS se afundam e continuam a afundar-se na sua aliança com as forças reacçãoárias.

E ao mesmo tempo ridícula, e ideológica, a proclamação da Comissão Permanente do PS de que resolveu "suspender" as relações políticas com o PCP.

Como pôde a Comissão Permanente do PS suspender uma coisa que já há muito está suspensa? Cortar uma coisa que já há muito está cortada?

Em numerosas ocasiões nos últimos anos, em ocasiões cruciais na situação portuguesa, a Direcção do PCP propôs à Direcção do PS encontros para examinar em conjunto a situação para — sem qualquer compromisso e sem condições prévias mesmo processuais, — considerar a possibilidade de uma acção comum ou convergente, a fim de afastar a "AD" do Poder e contribuir para uma solução democrática, uma acção comum ou convergente em defesa dos interesses dos trabalhadores, das liberdades, da democracia, do regime democrático, da Constituição.

E, cada vez que nós propusemos tais encontros, a Direcção do PS respondeu sistematicamente recusando encontrar-se com o PCP, ao mesmo tempo que se encontrava, negociava, colaborava com os partidos reacçãoários, com o CDS, com o PPD, com a "AD".

Alguém poderá considerar um bom atestado de fidelidade à democracia a cooperação, a aliança e o colaboracionismo com os partidos reacçãoários, com os desdentados políticos de Salazar e Caetano e a recusa, já não dizemos a aliar-se e a cooperar, mas a encontrar-se com o único Partido que conduziu ao longo de 48 anos de ditadura fascista e ao preço dos maiores sacrifícios, e depois do 25 de Abril nas mais difíceis e complexas situações a luta pela liberdade e a democracia em Portugal?

A ridícula declaração de que o PS suspende as relações com o PCP é mais uma comprovação daquilo que a Comissão Permanente do PS constantemente nega: o colaboracionismo com a "AD" a que chegou.

Cualquer socialista, qualquer democrata, qualquer cidadão pode perguntar: Porque afirma bombasticamente a Comissão Permanente do PS suspender as relações políticas com o PCP, quando não consta que as tenha suspenso alguma vez com os partidos reacçãoários, antes tenha sempre procurado alianças com eles apesar dos ataques mais sórdidos desses partidos contra todas as forças democráticas, incluindo o PS?

A declaração da Comissão Permanente do PS tem alguns objectivos em vista. Conforme sublinha a nota da Comissão Política do CC do nosso Partido de 3 de Junho, ela pretende desviar as atenções e enganar a opinião pública acerca da gravidade do acordo "AD"/M. Soares; criar novos motivos de disputa e divisão entre democratas, enfraquecendo a resistência aos planos subversivos da "AD"; intimidar e desanimar a luta dos militantes e eleitores do PS contra a "AD" e em defesa do regime democrático; procurar, na base do anticomunismo, tapar brechas e amortecer conflitos no interior do PS que a própria Comissão Permanente caracteriza como "crise interna" e fazer artificialmente a sua unidade comprometida pela aliança de Mário Soares com a "AD".

Esta ridícula declaração é porém um novo tiro condenado a sair pela culatra.

Em vez de concitar os socialistas e elementos no PS contra o PCP, mais se concitará contra a "AD" como verdadeiro inimigo.

Em vez de enfraquecer a luta dos portugueses em defesa da Constituição e do regime democrático mais abrirá os olhos a muitos acerca dos perigos que representa a aliança do PS/M. Soares com as forças que querem destruir o regime democrático.

Em vez de "isolar o PCP" como proclama o PS/M. Soares e tal como acaba também de proclamar o PSD, mais evidenciaria que o PCP é o único grande partido que consequentemente e sem tréguas, combate a reacção, defende os interesses do povo, do País, da democracia, e por isso, em vez de ser isolado, mais e mais profunda e enraíza as suas ligações com as massas, mais e mais ganha a simpatia, a confiança e o apoio do Povo português.

O secretário-geral do PS e a Comissão Permanente do PS querem entrar a corrente que dia a dia se acentua para a unidade dos democratas, para a cooperação de socialistas e comunistas. Não o conseguirão.

Em vez de entrar a corrente que dia a dia mais se acentua de cooperação de socialistas com comunistas em defesa da democracia, mais reforçará a consciência de que a aliança necessária à democracia não é a dos partidos democráticos com o PS com as forças reacçãoárias que querem liquidar a democracia, mas a aliança de todos os democratas, designadamente de comunistas e socialistas, do PCP e do PS.

# Poder local Amadora Trabalho, honestidade, competência para erguer o Município de Abril

No último domingo, cerca de duas centenas de activistas da APU na Amadora — eleitos, técnicos dos serviços autárquicos, representantes de comissões de moradores — reuniram-se em Encontro Concelhio na Escola Preparatória Roque Gamelero. Com eles estiveram os camaradas António Andréz, membro suplente do CC, e José Casanova, da Comissão Política do CC e Helena Cidreira Moura, vice-presidente do MDP, que no final proferiram intervenções sobre a situação política.

O Encontro, que fora preparado em numerosas outras reuniões de trabalho, proporcionou aos seus participantes 18 textos de apoio sobre todos os grandes temas que se propunha discutir, repartidos pelas 6 secções em que funcionou durante a manhã. À tarde, a leitura das conclusões dos debates tratadas nas secções (curiosamente, mais vivos os que se desenvolveram em torno de problemas aparentemente mais difíceis, como Administração Urbanística e Desenvolvimento Socio-cultural) e as intervenções das freguesias completaram um dia de trabalho por todos considerado extremamente útil. Como diria o camarada Andréz, responsável do PCP pela organização do encontro, "saímos daqui em condições de responder melhor às nossas responsabilidades, ao compromisso que temos com o povo deste concelho".

Esse era o objectivo central do Encontro. Foi atingido. Co-

lectivamente, foram encontradas as respostas claras e fundamentadas às questões postas ao Encontro no sentido do reforço da APU, da eficácia da actividade dos seus eleitos e activistas, da satisfação das carências populares que continuam a aguardar resolução. Foi feita a caracterização objectiva, por sectores e pormenorizada, da primeira gestão da história do Município da Amadora.

### Dantes, a especulação e o caos

O concelho da Amadora foi, como se sabe, criado há cerca de dois anos e meio. São 8 freguesias e mais de 160 mil habitantes. Integrada na zona Norte da Área Metropolitana de Lisboa, a sua população triplicou desde o início dos anos 60. Por obra da especulação imobiliária (que, como o "Tide" para os detergentes, passou a chamar-se correntemente "J. Pimenta" e Amadora...), tornou-se uma "floresta de cimento" atapatada de barracas (nestas, os chamados "degradados", vivem cerca de 20 mil pessoas). Da floresta de cimento fazem parte "habitáculos" como os da Reboloira e outros, superlotados, sem infra-estruturas sociais — creches, escolas, centros de saúde ou cultura, mercados —, às vezes sem verdadeiros arruamentos, onde se amontoam quase 20% dos habitantes da Amadora, e ainda os "bairros clandestinos" (caso da Brandosa), que albergam actualmente quase 28 mil

aspecto, foi dado um exemplo que todos os presentes saudaram: na Falagueira, o valor da mão-de-obra voluntária que ocorreu à construção de melhoramentos ultrapassa o orçamento da Junta! Mas assim por todo o lado: da colaboração da Câmara, das Juntas, da população, nasceu um imenso rol de obras que modificaram já sensivelmente muitas freguesias do concelho, atendendo às necessidades mais prementes da população.

No geral, pode dizer-se que a generalidade dos programas que a APU se propunha foram cumpridos; outros estão em vias de cumprimento. O caso do Viaduto do Alto Maduro, que serve uma necessidade premente do concelho e cujo custo total está orçado em cerca de 50 mil contos, esperam os eleitos da APU poder solucioná-lo até ao fim do mandato, atrasado que tem sido por razões que se prendem com o projecto, vindo da anterior Câmara de Oeiras e que teve que ser reformulado quando a obra já estava adjudicada e em curso.

### Agora, o ordenamento ao serviço das populações

Por contraste, a inoperância e incompetência que tem sido a AD nas Juntas em que detém a presidência (caso da Reboloira), e o boicote sistemático AD/PS noutras freguesias e na Câmara, onde ainda há pouco derrotaram a proposta para passar a tempo inteiro 3 vereadores — para cumprir, aliás, a quota de vereadores a tempo inteiro que a lei prevê.

Preocupações e aspectos aus-

personais com elementos concretos, com vista ao trabalho eleitoral que se avizinha.

Um só dia foi evidentemente pouco para analisar o trabalho realizado e o que nos espera; todavia, foram abordadas as questões fundamentais, e de forma a poder concluir-se que o concelho de Almada se encontra em fase de transformação, sendo que a qualidade de vida e as necessidades da população são uma preocupação constante da APU e do Partido Comunista Português, claramente traduzida na acção dos seus quadros eleitos.

Um só dia foi evidentemente pouco para analisar o trabalho realizado e o que nos espera; todavia, foram abordadas as questões fundamentais, e de forma a poder concluir-se que o concelho de Almada se encontra em fase de transformação, sendo que a qualidade de vida e as necessidades da população são uma preocupação constante da APU e do Partido Comunista Português, claramente traduzida na acção dos seus quadros eleitos.

Um só dia foi evidentemente pouco para analisar o trabalho realizado e o que nos espera; todavia, foram abordadas as questões fundamentais, e de forma a poder concluir-se que o concelho de Almada se encontra em fase de transformação, sendo que a qualidade de vida e as necessidades da população são uma preocupação constante da APU e do Partido Comunista Português, claramente traduzida na acção dos seus quadros eleitos.

Quem os viu — e quem os vê! Os nossos camaradas, os que, logo após o 25 de Abril, começaram nas Comissões Administrativas que substituíram, em nome e em benefício do Povo, a gestão corrupta do fascismo nas autarquias; os que, nas primeiras eleições autárquicas de 76, foram eleitos Povo Unido pela vontade de cerca de 800 mil portugueses ou que para essa eleição concorreram; os que, na 3.ª "leiva" que foram as eleições para as autarquias locais em 1979, reforçaram e consolidaram significativamente os resultados já entretanto obtidos pelo Poder Local democrático ao serviço das populações.

Começaram todos titubando, nas reuniões e no trabalho do dia-a-dia. Na tarefa — e no discurso, ora genérico, ora "moldinho" porque parcelar, muito feito da sua rua ou do seu bairro e dos problemas dos vizinhos; ainda muito "aparência", tinham evidentemente a orientação geral do Partido, o estudo a que ia procedendo e as soluções que ia centralmente encontrando, uma grande vontade de acertar. Mas o conhecimento directo e profundo, pessoal e colectivo, e a experiência de exercer uma efectiva gestão — de exercer o Poder — ninguém a tinha.

Hoje (e se isto vem a propósito do Encontro da Amadora, onde o município foi criado, e "criado" pela APU, que logo conquistou a sua presidência vai para dois anos o meio, aplicar-se-á no entanto à quase generalidade dos encontros da APU), hoje, os eleitos e activistas da APU, os técnicos que trabalham nas autarquias APU, quando se reúnem o que trazem é uma tal massa de informações, um conhecimento tão profundo do que se passa no município e em cada freguesia, ideias já tão claras e responsáveis sobre o trabalho feito e sobre as soluções a adoptar e as lutas a travar, sobre os inimigos a combater e o elo de alianças que é sempre possível acrescentar — desses encontros qualquer reprodução não cabe num pedaço de jornal, o que dá vontade de ser poeta para poder dizer tudo em três versos, ou então dizer, à laia de resumo, Viva!

E Viva! ainda porque, pese embora a permanência do Governo "AD", o sistemático boicote da "AD" e do PS, que também a nível local continuam a somar os seus votos, a sua incompetência e a corrupção que vão segregando para impedir o progresso, a melhoria de condições de vida das populações, medidas essenciais de gestão, o que (por exemplo) na Amadora se constrói é, de facto, um Município de Abril!

# Visita de trabalho no concelho de Almada

Com a presença dos camaradas Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretário do Partido, Manuel Sobral, do CC, e João Pedro — ambos da DORS — e ainda de cerca de 50 camaradas de diversas organizações locais, realizou-se no passado domingo uma visita de trabalho ao concelho de Almada, com incidência na área do Poder Local. O objectivo era dar a conhecer, nos próprios locais, o quadro das dificuldades, realizações e planos de trabalho da Câmara Municipal e restantes autarquias.

Esta iniciativa teve em vista, para além do prestar de contas à organização do Partido por parte dos comunistas da vereação, contribuir para o aprofundamento dos quadros mais res-

ponsáveis com elementos concretos, com vista ao trabalho eleitoral que se avizinha.

Um só dia foi evidentemente pouco para analisar o trabalho realizado e o que nos espera; todavia, foram abordadas as questões fundamentais, e de forma a poder concluir-se que o concelho de Almada se encontra em fase de transformação, sendo que a qualidade de vida e as necessidades da população são uma preocupação constante da APU e do Partido Comunista Português, claramente traduzida na acção dos seus quadros eleitos.



Joaquim Gomes e quadros das autarquias no decorrer da visita

## 6 A unidade dos democratas — uma exigência da hora que passa

Enganou-se naturalmente a Comissão Permanente do PS se pensava que ante a sua ribombante declaração, o PCP passaria à guerra aberta com o PS e com os socialistas; que à ridícula declaração de que o PS suspendia as relações há muito suspensas com o PCP, o PCP responderia com retaliações verbais, declarando por exemplo romper as relações com o PS.

Não, essa não é a nossa atitude.

O secretário-geral e a Comissão Permanente do PS dão ordens aos membros do seu partido para que não estabeleçam contactos nem ligações, nem entendimentos, e muito menos acordos com os comunistas.

Nós, ao contrário, dizemos aos membros do nosso Partido para estabelecerem contactos, ligações, entendimentos e se possível acordos com os socialistas.

Ao mesmo tempo que, de mãos dadas com a "AD" pretendem fazer uma revisão inconstitucional da Constituição que é um perigo para o regime democrático, o secretário-geral do PS e seus colaboradores proclamam que não querem nada com o PCP.

Não, ao contrário, ao mesmo tempo que combatemos firme e infatigavelmente a "AD", proclamamos que queremos a unidade com todos os democratas, com os socialistas, com o PS.

A nossa política de unidade dos democratas não é propaganda, nem publicidade, nem demagogia. É uma política real e consequente que resulta da profunda consciência de que essa unidade é necessária e indispensável para defender os interesses do povo e do País, para derrotar a reacção e a sua política, para salvar, consolidar e prosseguir o regime democrático conquistado com a revolução de Abril e consagrado e institucionalizado na Constituição da República.

E ninguém será tão ingénua que interprete como sinal de força a ridícula decisão da suspensão das relações com o PCP e como sinal de fraqueza a insistência do PCP em defender a unidade de comunistas e socialistas.

A verdade é o contrário. A decisão do PS mostra o seu nervosismo e fraqueza e a insistência na unidade pelo PCP é um sinal da sua política consequente, da sua firmeza, da sua fidelidade à democracia, e portanto um sinal da sua força.

Aqueles que insistem em aliar-se à reacção, em combater o PCP e em sabotar a unidade dos democratas contrariam as tendências e correntes cada vez mais fortes ao nível da classe operária, das massas populares, dos mais variados sectores democráticos, no sentido da aproximação, do entendimento, da acção comum ou convergente de todos os democratas, contra a reacção, contra a "AD", contra os novos perigos do fascismo que os planos da "AD" comportam.

No poderoso fluxo da luta popular, nas acções de massa que se têm desenvolvido ao longo do ano corrente e particularmente no 25 de Abril, no 1.º de Maio, nas duas grandes greves gerais de 12 de Fevereiro e 11 de Maio, confirmamos a profunda tomada de consciência pelos trabalhadores, pelo Povo português, por vastísimos sectores democráticos, da urgência da unidade para a defesa dos interesses vitais dos portugueses e de Portugal, das liberdades e direitos dos cidadãos, das outras conquistas de Abril, da democracia e da independência nacional.

Aqueles que, na presente situação política, actuam para a divisão dos trabalhadores, das massas populares, dos democratas, ficam cada vez mais vergonhosamente colados às forças reacçãoárias, cada vez mais desacreditados e isolados.

A luta continua e continuará. O Povo português não dará tréguas a aqueles que querem liquidar as liberdades e a democracia. A reacção será derrotada e Portugal de Abril vencerá! A luta continua e é necessário que continue em todas as frentes, e agora pelos mais variados objectivos concretos e imediatos.

A luta continua e é necessário que continue também pelos quatro grandes objectivos da hora presente: demissão do Governo "AD", dissolução da Assembleia da República, Governo de gestão, eleições antecipadas.

Novas e grandes acções de massas, a nível local, regional e nacional terão lugar.

No momento presente, na luta que se trava e nas decisões que se tomam, o maior perigo não é pensar que o inimigo, a reacção, é mais fraco do que é, e pensar que a democracia é mais forte do que é. O maior perigo é pensar que a "AD" é mais forte e a Democracia é mais fraca.

A "AD" está cada vez mais fraca, mais desmascarada, mais desacreditada e mais isolada.

A democracia tem força bastante para derrotar a reacção.

Demitir-se o governo "AD", dissolver-se a Assembleia da República, formar-se um governo de gestão e convocarem-se eleições gerais e a reacção sofrerá inevitavelmente uma monumental derrota, o regime será consolidado, abrir-se-á caminho a uma solução democrática.

A luta continua e a "AD" irá para a rua.

## Encontro distrital do Porto no próximo sábado



Como tem vindo a ser noticiado, realiza-se no próximo sábado, no Porto, um encontro das Comissões da APU do distrito. Decorrerá entre as 10 e as 18 e 30 no Teatro Sá da Bandeira e terá a participação do camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC.

os que querem ver os problemas resolvidos, e que está disposta a lutar pelo bem-estar das populações, com todos os sacrifícios e sem hesitações, é a APU.

O encontro fixa como objectivos fazer um balanço e aprofundar os problemas das populações do distrito do Porto, considerar as medidas de defesa do Poder Local democrático em face da ofensiva destruidora e antidemocrática da "AD" e dos partidos que a compõem, discutir a dinamização da actividade da APU e as medidas para o seu reforço e alargamento unitários, apreciar os preparativos com vista às próximas eleições para as autarquias — designadamente a constituição das listas, o alargamento das comissões da APU, os problemas da informação e das iniciativas.

Entre outras questões, o Encontro — em que participou o camarada Rosa Dias, da DORP e do CC — decidiu que a APU apresentará listas para todos os órgãos autárquicos do concelho. Serão as listas da honestidade, da competência e da dedicação, compostas de homens e mulheres capazes de contribuir para a resolução dos problemas das freguesias e do concelho, na unidade e no diálogo mais aberto, de acordo com a vida, os interesses e as aspirações das populações.

O Encontro analisou ainda a actividade das outras forças políticas, concluindo que a "AD" tem agravado mais e mais os problemas das populações, e que a política do PS é ambígua, indefinida e contraditória, servindo assim os objectivos da "AD".

O comunicado da APU do Porto dá ainda realce ao papel crescente que as populações têm tido na defesa do Poder Local democrático e à ajuda inestimável que têm dado aos eleitos da APU na luta que travam para que os órgãos autárquicos estejam virados para a resolução dos problemas e carências locais.

### Gouveia

Também no próximo sábado, comissões da APU, eleitos e activistas se reúnem em Gouveia, para um encontro concelhio que terá início às 15 e 30 na cantina da Escola Primária daquela localidade.

## Encontros da APU Em Valongo, Maia, Porto de Mós reuniram-se activistas e eleitos

Várias dezenas de eleitos municipais e de freguesia e outros activistas fizeram do Encontro Concelhio de Valongo da APU realizado no passado sábado uma importante etapa no desenvolvimento da actividade da APU e na preparação das próximas eleições autárquicas.

### Maia

Mais de 100 activistas da APU na Maia analisaram, durante o encontro realizado no passado fim-de-semana, a situação no concelho, e discutiram as tarefas que a poucos meses de eleições se colocam.

Entre outras questões, o Encontro — em que participou o camarada Rosa Dias, da DORP e do CC — decidiu que a APU apresentará listas para todos os órgãos autárquicos do concelho. Serão as listas da honestidade, da competência e da dedicação, compostas de homens e mulheres capazes de contribuir para a resolução dos problemas das freguesias e do concelho, na unidade e no diálogo mais aberto, de acordo com a vida, os interesses e as aspirações das populações.

O Encontro analisou ainda a actividade das outras forças políticas, concluindo que a "AD" tem agravado mais e mais os problemas das populações, e que a política do PS é ambígua, indefinida e contraditória, servindo assim os objectivos da "AD".

O comunicado da APU do Porto dá ainda realce ao papel crescente que as populações têm tido na defesa do Poder Local democrático e à ajuda inestimável que têm dado aos eleitos da APU na luta que travam para que os órgãos autárquicos estejam virados para a resolução dos problemas e carências locais.

Maia, homem ligado durante o fascismo à ANP e aos interesses então dominantes, defensor do antigo regime e do colonialismo então reinante, presidente da Câmara da Maia entre 70 e 74, seguidor entusiasta de Marcelo Caetano, preso a seguir ao 11 de Março, detido mais tarde na Mealhada na posse de granadas e mactacas de ferro, e mais recentemente instalado no CDS.

De novo presidente da Câmara pela mão da "AD", Vieira de Carvalho reinstalou os métodos presidencialistas de outrora, fazendo o que bem quer e entendendo, tolerando paternalmente o papel da Assembleia Municipal e amarrando as juntas de freguesia ao poder centralizado da Câmara. O compadrio, as campanhas de promoção pessoal, as homenagens "espontâneas", as festas de aniversário do sr. presidente, as obras de fachada, voltaram a ser prática corrente na Câmara da Maia.

Endividando a Câmara a um tal ponto que correligionários seus o põem em causa, Vieira de Carvalho tenta, através de grandes investimentos que são chorudos negócios para alguns, dar uma imagem de desenvolvimento que os órgãos de informação ligados à "AD" prontamente ampliam, quando de facto os grandes problemas do concelho, aqueles que são ver-

dadeiramente prioritários, continuam por resolver.

Tal como antigamente tudo se hipoteca à imagem duns novos Paços do Concelho, com passagens subterrâneas e semaforos, enquanto o resto do concelho tem falta do que é básico, do que é essencial ao bem estar da população.

O encontro, que teve a presença do dr. Ruy Luis Gomes, abordou ainda o papel de dinamização e de procura de soluções que cabe aos eleitos da APU e as tarefas que se impõem para as próximas eleições autárquicas — nomeadamente, os contactos com homens e mulheres que com honestidade e abnegação estejam dispostos a dar o melhor de si na resolução dos problemas das populações, a formação de comissões da APU, a preparação dos programas eleitorais, a composição das listas.

### Porto de Mós

«Com o objectivo de preparar a próxima batalha eleitoral para as autarquias em Porto de Mós, realizou-se recentemente, na Escola Secundária daquela vila, um Encontro Concelhio da APU que contou com a presença de Osvaldo Castro, membro da Comissão Nacional da Aliança Povo Unido — APU.

## IV Encontro Regional da APU no Funchal

Em conferência de imprensa que antecedeu o encontro no Funchal, a Coordenadora Regional da APU anunciou a realização do próximo domingo, na sala do Palácio dos Congressos daquela cidade, do IV Encontro Regional da APU.

Este Encontro, em que participará o camarada Luís Sá, director da revista "Poder Local", um dirigente nacional do MDP/ODE e dezenas de democratas de toda a Região Autónoma, é aberto a todos os activistas da APU e ainda a todos os homens e mulheres interessados na modificação do funcionamento das autarquias na Madeira.

As formas de retirar o PPD/PSD importantes autarquias da Região, o que a análise das últimas eleições, nomeadamente as presidenciais, e a evolução da situação política e social mostram ser claramente viável". Este aspecto, sublinha a Coordenadora Regional, mere-

cerá do Encontro especial atenção, "pois é uma questão ao alcance das forças democráticas e de vital importância para a democratização do Poder Local na Região Autónoma da Madeira". O Encontro, que terá início às 9 e 30, terminará, à noite, com um espectáculo.

## Pioneiros em Festa

Assinalando o Dia Mundial da Criança, os Pioneiros do Porto promoveram uma festa no Jardim da Arca d'Água.

Com a leitura da Declaração dos Direitos da Criança os pioneiros lembraram aos adultos a importância e a necessidade de que tais direitos sejam conhecidos e cumpridos.

Canças por vários núcleos de pioneiros (e também por outras das muitas crianças que participaram na festa), os palhaços Piscisca e Tinito, os robotos do Grupo Agua Aco e uma grande roda da amizade animaram esta bela tarde de domingo.

Entretanto prossegue com muito entusiasmo a fase preparatória do torneio de futebol de salão dos Pioneiros de Portugal para a Festa do «Avante!», encontrando-se neste momento apuradas as equipas dos pioneiros da Boavista, Paranhos e Ramalde.

## AECOD contribui para obras em St.ª Marinha do Zêzere

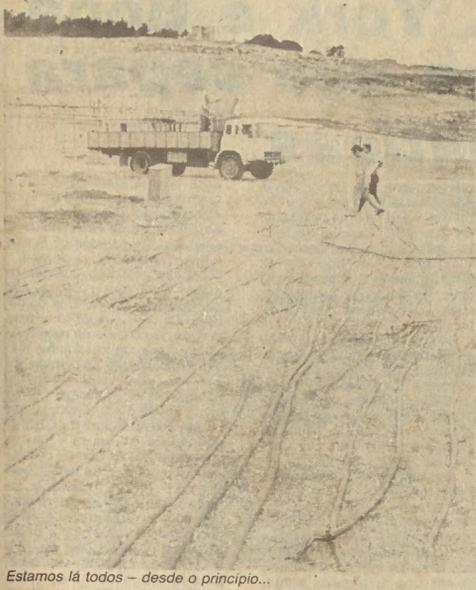
A AECOD — Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas, correspondendo ao pedido feito pela Junta de Freguesia de Sta. Marinha do Zêzere, decidiu contribuir com 300 contos para a obra de abastecimento de água à freguesia que decorre por iniciativa da Junta.

Esta contribuição foi possível graças à solidariedade dos eleitos comunistas e outros democratas do distrito do Porto, Setú-

bal, Lisboa e Alentejo, que assim quiseram apoiar esta obra tão urgente para a população da freguesia.

A quantia foi entregue no passado domingo, numa sessão pública com a presença da Junta de Freguesia, do vereador da APU na Câmara de Gaia, Maurício Ferraz, de Emídio Ribeiro, do executivo da DORP do PCP, em representação da AECOD, e de mais de uma centena de habitantes da freguesia.

Lembramos que os fundos da AECOD resultam da diferença ou excedente entre as remunerações, senhas de presença, subsídios, etc. que os eleitos recebem e o que aufeririam se não fossem eleitos, aplicando assim o princípio defendido pelos comunistas de que nenhum eleito comunista deve ser financeiramente beneficiado ou prejudicado pelo facto de ter sido eleito.



Estamos lá todos — desde o princípio...

# Cresce a animação dos fins-de-semana na Festa!

Ei-las que chegam, as equipas de trabalho organizadas, vindas de diversos pontos e prontas a agarrar tarefas no Alto da Ajuda durante o fim de semana (e não só)! No sábado passado lá estavam, do Sobralinho (Vila Franca de Xira), Seixal, Barreiro, Bom Sucesso (Alverca), Sintra, Oeiras, Loures, e de diversas empresas — Mague, EPAC (sector público), Icosal, Covina, Utic... Também dos organismos do PCP nos Bancários, nos Seguros, do Comité Local de Lisboa. E é claro, do Alentejo! Cento e trinta camaradas ao todo — 70 vindos da zona de Évora, 60 de Montemor-o-Novo, a marcar a sempre vigorosa presença das gentes da Reforma Agrária! Ao todo, no sábado, 670 camaradas e amigos presentes

no Alto da Ajuda para uma jornada de trabalho que teve a ver com a abertura de valas para a montagem de cabos eléctricos e canalizações, o erguer de estruturas metálicas, a regularização e preparação do terreno, carpintarias várias que dizem respeito (já) ao revestimento de algumas instalações. Está tudo a andar — o recinto da Festa torna-se mais e mais nítido, ganha volume e forma, reentra de novo (e a pulso!) no perfil que todos lhe conhecemos. Entretanto as Organizações continuam a montagem das suas instalações — caso da DORL, DORS, DORSA, DORA, DORAL, DORT, JCP e Pioneiros. Já aparecem também equipas organizadas para o trabalho no decorrer da semana — como as vindas da Lisnave, da

Siderurgia e dos Bancários. Mas ao fim de semana a animação cresce em flechal! O vasto recinto fervilha de gente, ouve-se martelar por todo o lado, pedem-se ferramentas e trocam-se dichotes de cima dos poleiros mais incríveis, maneja-se a picareta em longas filas de entusiasmo, rasga-se o terreno como se tudo fosse fácil, leve, de não ligar muita importância ao esforço... Mas continua a faltar gente especializada. E o caso dos electricistas e montadores de andaime. Fazemos de novo o apelo a estes camaradas e amigos. O que não falta é vontade, energia e determinação no erguer da nossa Festa! Quem já foi à Ajuda, sabe-o bem. Quem ainda não foi... é altura de ir, porque vale mesmo à pena! Todos à Ajuda, camaradas!



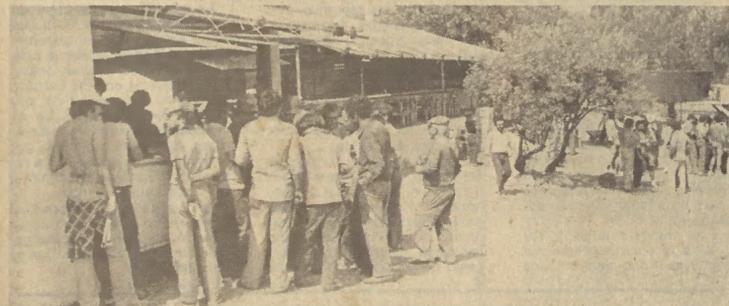
Ainda à flor do solo, alguns dos "nervos" da Festa



Um acampamento que se monta...



Uma cozinha que responde...



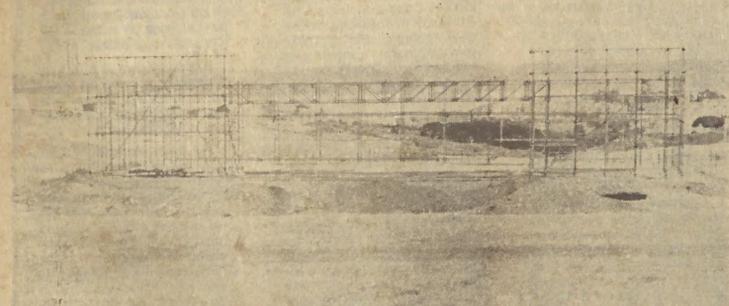
Uma fraternidade que se impõe

## Ainda se lembra do que pode ver na Festa?

Dentro de pouco mais de três semanas vai abrir a Festa do «Avante!», já na sua 6.ª edição. Lá estará Portugal inteiro através dos Pavilhões das Direcções Regionais do Continente e das Regiões Autónomas, da Emigração, dos Pioneiros, etc. As lutas dos trabalhadores e do nosso Povo, a acção dos comunistas para a resolução dos problemas nacionais e a defesa do Portugal de Abril, estarão bem patentes na Cidade que é a Festa: o artesanato de todas as regiões do País, os petiscos e a cozinha tradicional portuguesa, tudo poderá ser visto, apreciado (e digerido!) na Festa que é de todos nós, por nós erguida como só pode acontecer quando se está profundamente ligado aos problemas e à vida do Povo e do País. Uma grande Exposição dedicada ao Poder Local é um

dos pontos altos da Festa deste ano. Ali se poderá conhecer duma forma global e profundamente documentada o que tem sido a acção dos comunistas e outros democratas nas Autarquias — os empreendimentos a que deitaram mãos e levaram por diante apesar do boicote político e económico levado a cabo por sucessivos Governos reacçãoários, o que enfiem se fez em prol da melhoria das condições de vida das populações, o trabalho democrático realizado com e para os municípios. E, é claro, a Arte, Teatro, Cinema, Rádio e TV, música, dança, etc., etc. Em dois grandes palcos centrais e em diversos palcos regionais desfilarão os expoentes mais significativos da música que se faz no nosso País, dezenas de artistas estrangeiros — dos países socialistas e capitalistas —, a par com ranchos

folclóricos, bandas de música, grupos corais, poetas populares, grupos de pesquisa e intervenção, tudo e todos mais uma vez provarão que a Festa do «Avante!» é irrecusavelmente a maior realização política, artística e cultural do nosso País. E ainda o desporto, com o habitual Festival Desportivo onde participarão ginastas e atletas de grande craveira internacional, vindos dos países socialistas, e os diversos Torneios que se realizam na Festa: de Futebol de Salão da Festa do «Avante!», de damas e xadrez. Uma novidade este ano: dezenas de televisores espalhados pelo recinto e ainda um écran gigante permitirão assistir aos jogos das meias-finais do Mundial de Futebol que se realizam nos dias da Festa, como se sabe este ano a 2, 3 e 4 de Julho. A propósito: já comprou a sua EP? Então por que espera...?!



A promessa de um palco — o já lendário número um

## Coisas de comunistas, os senhores calculam...

Toda a gente sabe o que é um acampamento — o «Editora», dicionário de respeitáveis audiências, afirma tratar-se de «... arraial onde estão armadas tendas de campanha; lugar onde se acampou; campo». Coisa portanto ligada ao acto de se improvisar uma estadia — em geral no campo (fora disso são outros «quinhentos»...). É dum acampamento que queremos falar, no campo como não podia deixar de ser, singular por isso mesmo: uma coisa onde as pessoas largam estaca para trabalhar — o que aparentemente colide com a premissa definidora; um acampamento onde as pessoas se instalam olhando o improvoso como recurso último dum eficácia que se deseja e só assim mesmo se concretiza. Algo em suma que não tem propriamente a ver com regatos murmurejantes e no entanto deles deriva — a ternura está toda lá.

Falamos do acampamento que dá quando aos (já) 120 trabalhadores permanentes do Alto da Ajuda — aqueles que todos os anos garantem o indispensável «staff» do erguer da nossa Festa. Fomos lá para saber como é. Entrámos num recinto com todos os matadores de acampamento e a vantagem suplementar de tudo ter a funcionar com eficácia: restaurante e cozinha acoplada, bar, tendas e camarala, saneamento básico, instalações

— todas as indispensáveis; um mimo que não dispensou o arruamento à base de carreirinhos de pedra, como se fosse por muito tempo ou talvez para sempre. Coisas de comunistas, os senhores calculam...! Ali vivem dezenas de camaradas desde princípios de Maio — distribuídos por uma camarala com 17 quartos e um número sempre crescente de tendas de campismo. O restaurante montou-se depois — informou-nos José

Cação, responsável pelo acampamento, a braços com mil e um pormenores de «gestão». Estamos num período em que não é possível dar números exactos, as pessoas chegam a todo o momento e a questão é alojá-las; como te disse o restaurante montou-se logo depois, para dar resposta às necessidades do grupo inicial, mas concebido de modo a satisfazer as necessidades que hoje estamos vivendo — o apoio aos camaradas das Organizações que vão chegando neste período para a instalação dos respectivos pavilhões...

Tivemos oportunidade de assistir ao fervilhar desta pequena-grande comunidade que ali se organiza todos os anos com a naturalidade de quem sabe por que está; formando bicha nos pré-pagamentos, brincando sempre, respirando a saúde de estar vivo num projecto comum. Lindo — o bonito de se ver. A jornada de trabalho começa às oito, tem oito horas e os respectivos intervalos para as refeições e pausas; no entanto há muita gente que prolonga horários porque as tarefas

assim o exigem. Mas isto não é só trabalho... Explicou (- como assim?!). É claro que a maior parte do tempo é virada para as necessidades de implantação, mas também há o convívio; projecções de filmes no pavilhão central, espectáculos (hoje vai haver um, se puderes aparecer...) e jogos: de xadrez, cartas e ping-pong (torneio interno, nem mais nem menos). Também se formou uma equipa de «futebol de cinco» que está a participar no torneio da Festa... também (sobretudo, dizemos nós) se formou uma capacidade de estarmos juntos, o que é das coisas mais bonitas e difíceis de dizer... E de onde vêm estes camaradas e amigos, que assim acampam nos alicerces da Festa de todos nós? Há muita do Algarve, Alentejo, Ribatejo, região de Leiria, das Beiras, de Trás-os-Montes, do Minho, do Porto e Lisboa... eh pá! Estamos mesmo a falar do País!!! Estávamos. E «à la carte», sem darmos por isso. Coisas de comunistas, os senhores calculam...

## Ainda as EPs

### Ficaste a perder podes crer!

... E finalmente vamos ter o terceiro (e último) sorteio das EPs a realizar no próximo sábado, 12 de Junho, às 19.30 e na já conhecida (destas andanças...) Praça Paiva Couceiro! Trata a Organização da 4.ª Zona do Comité Local de Lisboa do PCP, com prémios que depois se verão... Presente o camarada Fernando Vicente, membro do CC do PCP e da Comissão Central da Festa, que fará uma intervenção política. Saiba-se entretanto que esta «Festa do Futuro» percorre todo o fim-de-semana (12 e 13 de Junho) com manhãs infantis, teatro, cinema, exposições, espectáculos e sorteios (para além do das EPs). Quem lá for poderá dizer aos que ficaram em casa: «ficaste a perder, podes crer!»



## DESPORTO NA FESTA

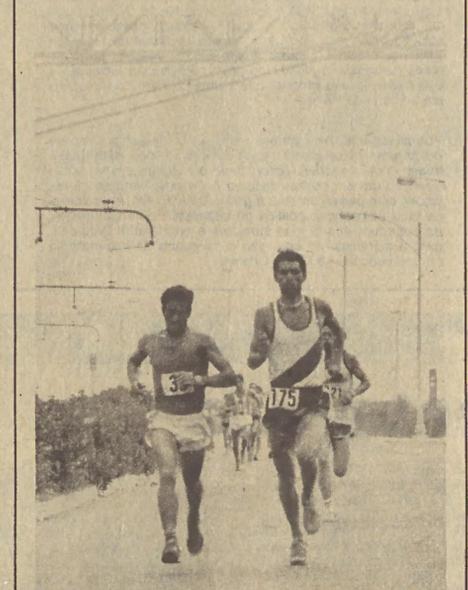
### II Grande Prémio de Ciclismo Avante/82

#### • Dia 19, em Lisboa

A Comissão de Desporto da Direcção da Organização Regional de Lisboa (DORL) do Partido Comunista Português leva a efeito, no âmbito das realizações desportivas da Festa do Avante/82, uma prova de ciclismo denominada «II Grande Prémio Avante/82» para categorias de Juniores e Seniores B, no dia 19 de Junho, sábado, com início às 9.30 h, nas Portas de Benfica e chegada ao Alto da Ajuda (local da realização da Festa do Avante), em Lisboa. Percurso da prova: Portas de Benfica — Venda Nova — Amadora — Ponte de Carenque — Pendão — Belas — Idanha — Venda Seca — Recoveiro — Telhal — P. Pinheiro — Montelavar — Cheiros — Igreja Nova — Arrifana — Alcaínça — Malveira — V. Pinheiro — Freixial — Bucelas — Cabeço da Rosa — Alverca do Ribatejo — Póvoa de Sta. Iria — Vialonga — Serra de Sta. Iria — Sta. Iria de

Azóia — Sacavém — Encarnação — 2.ª circular — Pina Manique — Alto da Ajuda. Haverá prémios de participação a cada ciclista, de chegada até ao 10.º classificado individual e prémios às equipas até à 5.ª classificada. Durante o percurso haverá 5 metas volantes

nas localidades de Amadora, Montelavar, Bucelas e Via Longa. As inscrições estão abertas no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade 170, 1200 Lisboa, e também podem ser feitas directamente para a Associação de Ciclismo do Sul.



### V Corrida popular do «Avante!»/82

A Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria realiza-se este ano pela 5.ª vez, com um nome diferente (Corrida Popular do «Avante!») mas com o mesmo espírito de alegria e convívio que a caracteriza. No mesmo dia, 20 deste mês, em várias localidades do País, com percursos que vão de 6 a 8 quilómetros, poderás participar na tua Corrida. Para premiar a tua participação haverá classificações individuais e colectivas.

### Atenção às localidades!

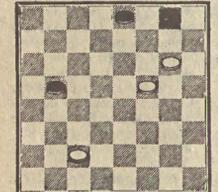
A V Corrida do «Avante!» decorrerá em Lisboa, Porto, Marinha Grande, Setúbal, Sesimbra, Sines, Montijo, Seixal, Évora e Beja.

BOLETIM DE INSCRIÇÃO  
Nome \_\_\_\_\_  
Idade \_\_\_\_\_  
Colectividade \_\_\_\_\_  
Pretendo participar na seguinte localidade \_\_\_\_\_  
Com o envio deste boletim de inscrição devidamente preenchido e enviado para «Comissão Desportiva da Festa do «Avante!», Rua Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa, Codex», estás automaticamente inscrito na tua Corrida.

### Damas

Decorrerá nos dias 3 e 4 de Julho de 1982 o III Torneio Nacional de Damas da Festa do «Avante!». Cada Centro de Trabalho ou Organização Regional procederá de forma a mobilizar o maior número de inscrições para esta presente Festa do Avante, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa Codex, até 27 de Junho. Será o seguinte o Regulamento deste III Torneio Nacional: A prova é disputada em 7 eliminatórias equivalentes a outras tantas sessões e com a participação limitada a 128 jogadoras. Se o n.º de damistas (128) não estiver completo até 27 de Junho, aceitar-se-ão inscrições dos interessados no recinto de jogo. A marcha da prova terá a seguinte ordem: 1. Na 1.ª sessão jogarão o 1

com o 2, o 3 com o 4, o 5 com o 6, etc.; nas restantes sessões o emparelhamento será designado por sorteio. Se o n.º de participantes for inferior a 128 far-se-ão respeccas para a quarta eliminatória. Se na primeira sessão houver número ímpar de jogadoras, folgará o último. Se o número ímpar se verificar na 2.ª ou 3.ª sessões será



designado por sorteio o jogador que folga, não podendo folgar mais de uma vez. Na 4.ª sessão serão disputados os oitavos de final, pelo que terá de haver 16 jogadoras em prova. Para perfazer esse n.º, no caso de não iniciarem a prova 128 jogadoras, haverá necessidade de se proceder às res-

pesagens necessárias entre os eliminados na 3.ª sessão, respeitando-se a prioridade dos melhores resultados. As partidas serão de 4 jogos de abertura livre. Se no final da partida houver resultado igual, o desempate far-se-á por partidas rápidas: a) Desempate por meio de um jogo de 5 minutos para cada jogador, com sorteio de cores. b) Prevalecendo o empate jogar-se-á outro jogo de 5 minutos. c) Mantendo-se ainda o empate considera-se vencedor o que gastar menos tempo no último jogo (6.º). d) Se mesmo assim o empate subsistir far-se-á sorteio para designar o vencedor. Neste torneio terão de se respeitar as Regras da Federação Portuguesa de Damas. As meias finais e a final disputar-se-ão com relógio e 1 hora e meia para cada jogador, com aberturas sorteadas. Estarão em disputa duas taças para o primeiro e segundo classificados e medalhas para os oito primeiros da classificação geral. Os casos omissos serão da competência da Comissão Técnica a designar.

## Internacional

# Israel invade o Líbano

## Do "consenso estratégico" à guerra declarada

Blindados, artilharia, aviação israelita, invadiram o Líbano na sua zona sul. Centenas de mortos é o saldo imediato. Para além das destruições. Para além da agudização da tensão na zona, pela criação de um novo foco de guerra — desta vez declarada. Tudo em nome da «defesa» da Galileia. Mas onde está a verdade?

A invasão de território libanês por tropas israelitas não constitui um facto inteiramente inesperado. Não porque se pudesse fazer o cálculo da hora e do dia em que tal poderia acontecer. Mas porque a orientação e a prática política de Tel-Aviv e de Washington para aí apontavam. Em simultâneo com outro tipo de manobras, visando o mesmo objectivo: o domínio político, económico e militar do imperialismo na zona, a «resolução» do problema palestino, por expedições fórmulas tipicamente imperialistas — o isolamento do povo palestino e das forças progressistas no seio do mundo árabe, a exterminação física pura e simples desse povo.

O isolamento do povo palestino e das forças progressistas árabes é uma direcção central da política norte-americana no Médio Oriente. Nesse sentido se elaborou um plano de «consenso estratégico», que na prática corresponderia à formação de uma aliança político-militar entre regimes conservadores árabes, em particular a Jordânia e a Arábia Saudita, e Israel e o Egito.

Para isso são largamente utilizados o anti-sovietismo e o espantinho do movimento revolucionário no Médio Oriente, em particular o exemplo do Irão.

É verdade que os países árabes conservadores estão longe de ver com bons olhos a política soviética, tão pouco apreciam o exemplo iraniano, apesar da complexidade do processo que se vive neste país, e a nível interno tudo fazem para impedir e reprimir o movimento de massas. Entretanto os esforços norte-americanos visando o «consenso estratégico» (esforços que não são de hoje, e estão implícitos na realização dos acordos de Camp David), não têm alcançado os resultados pretendidos. As digressões de Haig pelo Médio Oriente, como as afirmações conciliatórias por parte do Egito, de que a segurança dos países do Golfo é «parte da segurança estratégica árabe», foram em vão.

Quando as dificuldades de cindir de forma duradoura o mundo árabe, isolando os palestinos e países e forças progressistas, estão à vista, o imperialismo não hesita: faz passar a primeira plano a acção militar.

### Os indícios da agudização da tensão

No dia 9 de Maio, a aviação israelita bombardeou o Líbano. Esta acção agressiva — mais

uma — por parte de Israel, coincidiu com conversações realizadas no Cairo, entre o Egito e o Oman, conversações viradas para a criação do tal «consenso estratégico» ou o «restabelecimento da solidariedade árabe», outra fórmula de dizer exactamente a mesma coisa. Coincidência significativa.

A evacuação do Sinai pelas forças israelitas, ou mais exactamente, a sua passagem para as mãos dos americanos — as chamadas Forças Multinacionais actualmente estacionadas no Sinai; como parte dos acordos de Camp David, são constituídas por unidades americanas da «força de intervenção rápida» — constitui um «sinal» para novas agressões por parte de Israel: a anexação dos Golan, uma escalada repressiva nos territórios ocupados. Outra coincidência excessivamente significativa. E um passo importante na escalada da tensão na zona.

Entretanto a evolução da situação não corre de forma particularmente favorável para os sionistas, como para o imperialismo norte-americano. Apesar da repressão, e contra ela, contra a pretensão de Tel-Aviv de formalizar, nomeadamente por meios administrativos, a ocupação da Cisjordânia e da faixa

de Gaza, cresce um amplo movimento popular.

Os factos somam-se e avolumam-se, a testemunhar da agudização da tensão, da grande batalha entre a política de Washington e Tel-Aviv e os interesses e a vontade das grandes massas árabes, em particular do povo palestino.

É neste quadro que se deve inserir a invasão do sul do Líbano por Israel.

### Os «bons» e os «maus»?

Salvo alguns exemplos de excepção — quando Reagan ou algum dos seus secretários e subsecretários se «descalça» num apoio declarado às criminosas acções belicistas de Israel — os Estados Unidos tentam aparecer, no Médio Oriente, como os «bons», como factor de paz. Neste momento, por exemplo, Reagan apressou-se a enviar para o Médio Oriente o seu conselheiro Philip Habib. Formalmente a intenção é obter uma solução pacífica para a nova e grave situação gerada, mas... vale a pena recordar posições relativamente recentes assumidas por este mesmo conselheiro.

Na manhã de 17 de Julho de 1981 — e na sequência de bombardeamentos de campos de refugiados palestinos e de cidades e vilas libanesas do sul — o bairro de Fakhani, em Beirute, foi alvo preferencial dos aviões de guerra sionistas. O ataque a Beirute fez 237 mortos e 787 feridos. No total, em quinze dias de bombardeamentos a campos



Líbano — outra vez o genocídio

de palestinos, vilas e cidades libanesas, foram mortas ou feridas 2 567 pessoas. O comunicado oficial do gabinete de Begin, emitido nesse mesmo dia, 17 de Julho, afirmava: «Atingiremos os quartéis-generais dos comandos (palestinos), mesmo quando situados em zonas de habitação».

Qual o papel dos Estados Unidos, e concretamente do conselheiro Habib, o mesmo agora tão apressadamente enviado para Tel-Aviv, nesta criminosa operação?

Citamos a *Memorandum* apresentado à Conferência Internacional de Solidariedade com os povos libaneses e palestinos, realizada em Beirute, em Setembro de 81, pelas Organizações populares palestinas. «Numa declaração feita à rádio israelita no dia 1 de Julho de

1981, Menahem Begin precisou ter «informado Philip Habib por quatro ou cinco vezes da nossa decisão de destruir o terrorismo; o enviado especial esteve de acordo com isso e aceitou a nossa decisão». (...) No dia 8 de Maio, o «New York Times» cita esta declaração do conselheiro de imprensa do presidente americano Ronald Reagan: «Israel deve atingir duramente o Líbano, sem esperar que lhe pegam que o faça».

As palavras são claras. Como a criminosa convivência. Como os intentos comuns — aniquilar, mesmo fisicamente, o povo e a resistência palestina. Para sobre uma terra queimada acentar o poderio imperialista no Médio Oriente. Este também o objectivo actual. Tão utópico — tão criminoso — como em Julho de 81.

## A posição do PCP • nota da SIP

1. Os dirigentes sionistas de Israel desencadearam nos últimos dias, no Líbano, novas operações de agressão e invasão militar em larga escala, semeando a morte e a destruição em Beirute e no sul do país. Centenas de libaneses e palestinos, homens e mulheres, velhos e crianças foram assassinados numa operação envolvendo meios aéreos, navais e terrestres sem precedentes. O sul do Líbano é invadido e ocupado por centenas de blindados e grandes efectivos militares, numa acção terrorista contra os povos libaneses e palestinos em violação deliberada, frontal e provocatória da soberania do Líbano, das resoluções da ONU e da comunidade Internacional.
2. A agressão e invasão do Líbano não é um acto isolado, antes é parte integrante da política de terror, agressão e expansão territorial levada ao cabo pelos dirigentes sionistas de Israel, com o apoio do imperialismo norte-americano. Surge na sequência da anexação recentemente proclamada do território sírio dos montes Golá, da escalada repressiva contra a luta patriótica do povo palestino nos territórios ocupados da Cisjordânia e de Gaza, da instalação no Sinai — no quadro dos acordos de Camp David — de forças armadas norte-americanas do corpo de «Intervenção Rápida», de múltiplas acções de terrorismo de Estado praticadas pelo sionismo. Inere-se nos planos do imperialismo norte-americano para reforçar a sua presença militar na região, sufocar o movimento de emancipação nacional e social dos povos árabes, dominar as suas riquezas, transformar o Médio Oriente num posto avançado da sua política de hostilidade e provocações contra a URSS e o campo socialista.
3. Perante mais este crime dos dirigentes sionistas e do imperialismo americano, as forças progressistas e os povos amantes da paz não podem ficar indiferentes, sendo necessário denunciar-lo com firmeza. Não podem ao mesmo tempo deixar de exprimir a sua solidariedade à Organização de Libertação da Palestina e ao povo palestino, ao Movimento Nacional Libaneses e ao povo do Líbano, ao povo sírio e demais povos árabes que fazem frente à agressão imperialista e sionista e lutam pela independência nacional, o progresso social e a paz.
4. Como frequentemente tem insistido, o PCP sublinha uma vez mais que uma paz justa e duradoura no Médio Oriente exige que os crimes sionistas não fiquem impunes, passa por uma solução global que implica a retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados desde 1967, o respeito pelos direitos nacionais legítimos do povo palestino incluindo a edificação do seu próprio estado independente e soberano em território da Palestina.
5. Por último, não deixa de ser significativo o silêncio cúmplice do governo reaccionário da «AD» perante mais este monstruoso crime de Israel. Aproveitando demagogicamente em direcção da sua política externa o desenvolvimento de relações com países árabes, o governo «AD» segue na verdade uma vergonhosa política de submissão ao imperialismo, dá cobertura aos crimes sionistas e contribui activamente para a estratégia de agressão e de guerra do imperialismo norte-americano no Médio Oriente.

## Entre N. York e Bona O abismo que separa duas políticas

Dia 7 iniciou os seus trabalhos em Nova York a segunda sessão extraordinária das Nações Unidas consagrada ao desarmamento (SED II). No documento final aprovado na SED I, em 1978, salientava-se: «Afastar a ameaça de guerra é actualmente a nossa tarefa prioritária. É preciso escolher: ou travamos a corrida aos armamentos e avançamos para o desarmamento, ou assinamos a nossa sentença de morte». Uma afirmação hoje mais actual do que nunca.

A realidade internacional é complexa. Depois da SED I não se avançou de facto rumo ao desarmamento, mas sim pelo caminho da corrida aos armamentos. Entretanto, e simultaneamente, é possível realizar a SED II. Está igualmente a ser retomadas negociações no domínio da limitação de armas nucleares. A comunidade socialista prossegue a sua firme batalha pela paz. O movimento de massas contra a guerra e contra as armas, particularmente na Europa, assumiu uma envergadura impar.

Uma grande reunião pelo desarmamento acaba de se iniciar em Nova York. Quase diários

que começou mal, com a recusa por parte de Washington de vistos de entrada a uma delegação do Conselho Mundial da Paz, que inclui o marechal Costa Gomes. Mas talvez não. Talvez simplesmente tenha ficado mais uma vez particularmente claro quem quer entrar no processo pela paz.

Nestes mesmos dias, o presidente norte-americano Reagan deslocou-se à Europa, para participar na reunião dos «dez» em Versalhes, reunião que teve início dia 4 e, posteriormente, representará os Estados Unidos na reunião da NATO, em Bona a 9 e 10 de Junho, que pela primeira vez se realiza na República Federal Alemã.

O presidente americano foi recebido na Europa da forma mais adequada e representativa do repúdio de massas pela política do imperialismo. Centenas de milhares de pessoas saíram para as ruas de Paris, Roma e Londres, em marchas da paz contra a corrida aos armamentos, contra a implantação de novas armas nucleares norte-americanas na Europa. Amanhã, dia 10, realizar-se-ão manifestações em Bona e Berlim Oeste. Segundo a comissão organiza-

dora destas manifestações, o manifesto que define os seus objectivos foi assinado por 300 organizações da RFA, incluindo sectores dos partidos no Poder, nomeadamente na juventude.

Na reunião de Versalhes os «dez» grandes do capital não discutiram os 30 milhões de pobres na CEE (e pobre é uma pessoa que dispõe de menos de 50 por cento do rendimento médio por habitante do Estado em que vive, para sobreviver). Não discutiram os mais de 10 milhões de desempregados, 9,3% da população activa da CEE. O que esteve em causa — não se chegando aliás a acordo com as posições defendidas pelos americanos — foi a limitação de relações, em particular económicas, com a comunidade socialista e especialmente com a União Soviética.

Em Bona ninguém vai debater o peso e o perigo incomensurável que representam os 70 mil contos gastos por minuto com despesas militares. O capital não tem em conta os problemas dos povos, os mais graves problemas da Humanidade neste momento. Antes os agrava. Uma lição particularmente nítida nestes dias de Junho.

## Malvinas

### Apoio à Argentina

A luta pela paz deve ser a questão fulcral para o Movimento dos Países Não Alinhados, afirmou o ministro dos Negócios Estrangeiros de Cuba, Isidoro Malmierca, na cerimónia de abertura da reunião da comissão de coordenação do Movimento, a semana passada, em Havana.

Uma reunião dominada pelas preocupações com os obstáculos levantados ao desanuviamento nas relações internacionais e à manutenção de um clima de paz que abranja todas as regiões e beneficie todos os povos. A guerra nas Malvinas, a política cada vez mais agressiva do governo sionista de Israel e a intensificação por parte das autoridades racistas de Pretória das agressões contra os Países da Linha da Frente ocuparam, como se esperava, as atenções gerais.

Isidoro Malmierca começou por dar o tom, que viria a ser confirmado no prosseguimento dos trabalhos, quanto à posição do Movimento face a aqueles focos de tensão. No que respeita ao Médio Oriente, designadamente, reafirmou-se a recusa em aceitar qualquer acordo de paz negociado nas costas do povo palestino bem como a situação criada nos territórios árabes ocupados.

Ainda no que se refere à situação internacional, o anteprojecto a ser apresentado à cimeira de Setembro denuncia a ingerência dos Estados Unidos e de outras potências ocidentais no Médio Oriente, Saara Ocidental e Namíbia, ingerência que impede a resolução pacífica dos conflitos nestas zonas, e critica o papel das potências ocidentais na corrida aos armamentos.

Reafirmando a importância do Movimento «como força independente da política de blocos» os participantes na reunião acabariam por apreciar uma proposta do Panamá de criação «urgente e sem demora» dum organismo colectivo de defesa «exclusivamente latino-americano».

Esta proposta surge na sequência da violação pelos Estados Unidos dos seus acordos

com a Organização dos Estados Americanos no que se refere à questão das Malvinas, em que se colocou abertamente a favor da Grã-Bretanha.

Como o ministro dos Negócios Estrangeiros do Panamá referiu, a América Latina «condena firmemente a agressão colonial praticada pela Grã-Bretanha à Argentina», bem como o bloqueio económico da CEE; esta situação, na opinião do Panamá, coloca a necessidade de se pensar seriamente em reestruturar «as instituições duma nova América Latina, que não se deixe dominar, amarrar ou travar pela ineficácia dum sistema interamericano arcaico, decadente e inoperante».

A questão das Malvinas, dominou as atenções. A presença do ministro argentino dos Negócios Estrangeiros, Costa Mendez, na reunião do Movimento dos Países Não Alinhados, de que a Argentina é membro, constituiu desde logo um claro indicador da posição do Movimento face ao conflito.

Posição expressa na própria sessão de abertura pelo ministro cubano, para quem o comportamento do povo argentino é um exemplo «do que significa a defesa do direito pátrio». Cuba considera, de resto, «como um gesto de soberania tipicamente

colonial» a actuação da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, que uma vez mais estiveram unidos no Conselho de Segurança das Nações Unidas onde vetaram uma proposta da Espanha e do Panamá de cessar-fogo imediato no Atlântico Sul.

Que consequências advirão de um tal comportamento dos Estados Unidos para a América Latina ninguém poderá ainda dizer com um mínimo de segurança. Mas o que não deixa dúvidas é que o conflito das Malvinas desencadeou um processo que irá reflectir-se a nível interno de muitos países cuja política interna e externa está longe de respeitar as regras da vivência democrática.

Curiosa é a posição do Brasil, Ecuador, Venezuela, que confirmaram já oficialmente que não participarão nas manobras anuais da marinha norte-americana Unitas/82, protestando desta forma contra o apoio da administração Reagan ao governo da senhora Thatcher.

Curioso também é que países como o Uruguai sejam forçados, por pressão popular, a condenar os norte-americanos devido à sua posição face às Malvinas.

As informações da zona de guerra não são de molde a modificar estas posições aparentemente contraditórias com a política interna de países desde sempre aliados com os Estados Unidos na repressão do seu próprio povo. A utilização de mercenários pelas forças britânicas, de armas proibidas, por exemplo, só contribuem para radicalizar posições inicialmente assumidas quase a medo.

A ideia de que uma possível vitória militar britânica só abrirá um novo capítulo no conflito ganha forma numa América Latina hoje mais unida.

## Amizade e solidariedade

### Delegação do PSUBO entre nós

«A vontade de reforçar os tradicionais laços de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o PSUBO, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse dos ideais comuns da democracia, do progresso social, do socialismo e da paz», foi um dos principais resultados da estada entre nós da delegação daquele partido irmão, conforme se lê no comunicado comum que junto publicamos.

Os camaradas do Partido Socialista Unificado de Berlim-Oeste que visitaram o nosso país a convite do PCP, Horst Schmidt, presidente do Partido, Harry Flichbell, do Bureau Político e secretário do Comité Central e Peter Klačar, do Comité Central, tiveram oportunidade de conhecer um pouco da realidade nacional e da organização do PCP.

Na visita que fizeram à Mague, por exemplo, puderam constatar como a força organizada dos trabalhadores permite que a respectiva Comissão de Trabalhadores desempenhe um papel importante naquela empresa privada de metal-mecânica pesada.

Recebidos por representantes do Secretariado da Célula do PCP e da Comissão de Trabalhadores, os visitantes foram informados das relações existentes com a administração, problemas laborais e organização do Partido. O interesse sobre a situação de Berlim-Oeste fez-se a sentir tanto quanto o interesse pela experiência portuguesa, expressa no grande número de questões colocadas de parte a parte.

Interesse igualmente manifestado em Vila Franca de Xira, em cuja Câmara Municipal os camaradas de Berlim-Oeste foram recebidos pelo presidente da edilidade e representantes

monstraram bem a vontade de compreender a realidade e os problemas duma gestão comunista. A visita realizada à Xira-Infantil, no parque de realizações da Câmara, permitiu uma melhor percepção do que tem sido essa gestão.

Os camaradas de Berlim-Oeste tiveram ainda oportunidade de trocar impressões, durante a sua estadia, com representantes da DORL do PCP, que deram a conhecer as formas de trabalho do Partido, questões de organização e uma informação das actividades desenvolvidas não só a nível político

como também sindical, formação e propaganda e outras.

Em Lisboa, num encontro de quadros do PCP, a delegação de Berlim-Oeste teve ocasião de informar sobre a situação política e social que se vive naquela cidade e das decisões do PSUBO para contribuir para a resolução de muitos dos problemas com que se debate a população de Berlim-Oeste.

### Ler no Suplemento entrevista com o camarada Horst Schmidt



O presidente do Partido Socialista Unificado de Berlim Oeste, durante a visita à Mague

As delegações do PCP e do PSUBO no decorrer das conversações

## Comunicado comum

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português, visitou Portugal de 2 a 5 de Junho, uma delegação do Partido Socialista Unificado de Berlim-Oeste, dirigida pelo camarada Horst Schmidt, Presidente do Partido e integrada por Harry Flichbell, membro do Bureau Político e Secretário do Comité Central e Peter Klačar, membro do Comité Central.

A delegação do PSUBO teve conversações com uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral, Sérgio Vilariques, membro da Comissão Política e do Secretariado e Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável da Secção Internacional.

Tomando contacto directo com a realidade portuguesa, a delegação do PCP informou sobre a situação em

Portugal, destacando por um lado a violenta ofensiva dos partidos reaccionários e do seu governo contra as conquistas da Revolução de Abril e por outro o poderoso movimento operário e popular em curso, em defesa do regime democrático consagrado na Constituição, pela demissão do governo reaccionário da «AD», a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão e a realização de eleições antecipadas. O PCP desempenha um papel determinante na luta quotidiana da classe operária e das massas trabalhadoras e por uma alteração democrática ao governo e à política actual.

Exprimiu a solidariedade do PCP à luta do PSUBO pela democratização das estruturas políticas e sociais de

Berlim-Oeste, pela defesa dos interesses dos trabalhadores contra o capital monopolista, por uma política de boas relações com a República Democrática Alemã e de paz e amizade com todos os povos do mundo.

A delegação do PSUBO informou sobre as acções desenvolvidas para concretizar as decisões do VI Congresso do partido, a sua luta contra as tentativas para fazer pagar aos trabalhadores a crise do capitalismo e os custos da política belicista da NATO, assim como sobre a luta pela paz e em defesa dos direitos democráticos e sociais da classe operária.

Exprimiu a solidariedade do PSUBO com os países socialistas, do movimento operário dos países capitalistas, do movimento de libertação nacional e dos países progressistas — e sublinharam que a evolução mundial se verifica no sentido da independência, da democracia, do progresso social e do socialismo.

Condernaram a política militarista agressiva conduzida pelo imperialismo norte-americano e pelos círculos mais reaccionários da NATO, visando romper o equilíbrio e alcançar a supremacia militar sobre o campo socialista e deter o avanço

grado na Constituição.

Debruçando-se sobre a situação internacional as duas delegações puseram em relevo as vitórias históricas alcançadas pela luta dos trabalhadores e dos povos — as realizações e sucessos dos países socialistas, do movimento operário dos países capitalistas, do movimento de libertação nacional e dos países progressistas — e sublinharam que a evolução mundial se verifica no sentido da independência, da democracia, do progresso social e do socialismo.

Exprimiu a solidariedade do PSUBO com os países socialistas, do movimento operário dos países capitalistas, do movimento de libertação nacional e dos países progressistas — e sublinharam que a evolução mundial se verifica no sentido da independência, da democracia, do progresso social e do socialismo.

Expressaram a sua solidariedade a todos os povos em luta contra o imperialismo, o fascismo, o colonialismo, o racismo. As duas delegações sublinharam a importância do fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional assim como o reforço da amizade e solidariedade recíproca de todas as forças anti-imperialistas.

Expressaram a sua solidariedade a todos os povos em luta contra o imperialismo, o fascismo, o colonialismo, o racismo.

As duas delegações expressaram a vontade de reforçar os tradicionais laços de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o PSUBO, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse dos ideais comuns da democracia, do progresso social, do socialismo e da paz.